

ETAPA II

Gestão Integrada



Biênio 2023/2024 - TJMS
maio a dezembro de 2023



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL

ETAPA II

Gestão Integrada

Biênio 2023/2024 - TJMS
maio a dezembro de 2023

ETAPA II

Gestão Integrada

Biênio 2023/2024 - TJMS

PRESIDENTE

Des. Sérgio Fernandes Martins

VICE-PRESIDENTE

Des. Dorival Renato Pavan

CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA

Des. Fernando Mauro Moreira
Marinho

REALIZAÇÃO

Secretaria de Comunicação do TJMS

Jornalista Responsável: Carlos Kuntzel - DRT
041/MS

Redação: Diego Espíndola

Diagramação: Leo Alves

Impressão: Coordenadoria de Gráfica e
Propaganda

Fotos: Divulgação SCom-TJMS

Revisão: Diego Espíndola

Circulação Nacional
Parque dos Poderes - Bloco 13 - Campo
Grande - MS
CEP: 79031-902

Telefone: (67) 3314-1432
www.tjms.jus.br

TRIBUNAL PLENO

Des. João Maria Lós
Des. Divoncir Schreiner Maran
Des. Paschoal Carmello Leandro
Des. Carlos Eduardo Contar
Des. Sérgio Fernandes Martins
Des. Sideni Soncini Pimentel
Des. Dorival Renato Pavan
Des. Vladimir Abreu da Silva
Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva
Des. Fernando Mauro Moreira
Marinho
Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso
Des. Marco André Nogueira Hanson
Des. Ruy Celso Barbosa Florence
Des. Marcos José de Brito Rodrigues
Des. Luiz Gonzaga Mendes Marques
Des. Eduardo Machado Rocha
Des. Marcelo Câmara Rasslan
Des. Amaury da Silva Kuklinski
Des. Luiz Claudio Bonassini da Silva
Des. Vilson Bertelli
Des. Odemilson Roberto Castro Fassa
Des. Nélio Stábile
Des. Paulo Alberto de Oliveira
Des. Alexandre Bastos
Des. José Ale Ahmad Netto
Des. Jairo Roberto de Quadros
Des. Geraldo de Almeida Santiago
Des. Jonas Hass Silva Júnior
Des. Emerson Cafure
Des^a. Elizabete Anache
Des. Zaloar Murat Martins de Souza
Des. Alexandre Lima Raslan
Des^a. Jaceguara Dantas da Silva
Des. Luiz Antonio Cavassa de Almeida
Des. Ary Raghiant Neto
Des. Lúcio Raimundo da Silveira
Des. Fernando Paes de Campos

OUVIDORIA JUDICIÁRIA

Des. Marcos José de Brito Rodrigues

ESCOLA JUDICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Des. Odemilson Roberto Castro Fassa

CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Des. Alexandre Bastos

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS

Des. Vilson Bertelli

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Desa. Elizabete Anache

COORDENADORIA DAS VARAS DE EXECUÇÃO PENAL

Des. Luiz Gonzaga Mendes Marques

COORDENADORIA DAS VARAS DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Desa. Elizabete Anache

COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Desa. Jaceguara Dantas da Silva

JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Dr. César Castilho Marques

Dr. Renato Antonio de Liberali

Dr. Mário José Esbalqueiro Jr

JUÍZES AUXILIARES DA VICE-PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Dr. Alexandre Correa Leite

Dr. Fábio Possik Salamene

JUÍZES AUXILIARES DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Dr. José Eduardo Neder Meneghelli

Dra. Jacqueline Machado

DIRETORES**Diretora-Geral da Secretaria do TJMS**

Kele Cristina Leite de Melo

Secretaria da Magistratura

Christiane Teresa Padoa Letteriello

Secretaria da Corregedoria-Geral de Justiça

Gilda Clarice Prieto dos Santos

Secretaria Judiciária

Sérgio Getúlio Silva Júnior

Secretaria Judiciária de Primeiro Grau

Silvana Martins Silva de Carvalho

Secretaria de Finanças

Gilberto Cavalcante

Secretaria de Bens, Serviços e Patrimônio

Lorivaldo Antonio de Paula

Secretaria de Gestão de Pessoas

Fabiana Ricartes de Oliveira

Secretaria de Obras

Daniel Felipe Hendges

Secretaria de Tecnologia da Informação

Liriane Aparecida da Silva Nogueira

Secretaria de Comunicação

Carlos Alberto Kuntzel

Secretaria da Escola Judicial

Tamara Cândia D'Oliveira Rioja

Assessoria de Planejamento

Altair Junior Ancelmo Soares

Auditoria Interna

Heloise Rezende da Silva

Assessoria Jurídico-Legislativa

Beatriz Maria Contar

Assessoria de Cerimonial

Jorge Miguel da Silva Garcia

Assessoria Militar

Coronel Jonildo Theodoro de Oliveira

Assessoria de Inteligência

Delegada Maria de Lourdes Souza Cano

Sumário

APRESENTAÇÃO	11
Judiciário de MS tem 99% de magistrados e 90% de servidores no trabalho presencial.....	12
Ações da administração do TJ pautam Gabinete de Integração nas 55 comarcas de MS.....	14
Tribunal de Justiça implanta medidas em benefício dos advogados	16
TJ avança para implantação do Lar Legal MS.....	19
Valorização: Atualizado valor do auxílio-alimentação e regulamentado auxílio-transporte.....	22
Solenidades: TJ empossa novos desembargadores e vitalicia 12 magistrados.....	23
TJMS conquista a revalidação do ISO 9001:2015 e ISO 37001:2017	26
Inovação: Tribunal de Justiça de MS conquista 1º lugar em prêmio nacional	28
Administração implanta novo fluxo de trabalho para TI no Judiciário de MS	30
TJ inicia o projeto Memórias do Judiciário nas Escolas...	31
TJMS recicla mais de 14 toneladas de processos arquivados em 2023	33
CNJ finaliza inspeção e reconhece o trabalho da Justiça de MS	34

TJ certifica novos brigadistas e cede van para uso do Corpo de Bombeiros.....	35
TJMS cria ferramenta que acelera a penhora de valores pelo SISBAJUD.....	36
Juizados em Ação leva serviços da justiça até povos tradicionais de MS.....	37
TJ conclui concurso extrajudicial e finaliza segunda etapa do concurso da magistratura.....	39
TJMS promove II Encontro dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário.....	41
Novo Fórum de Maracaju terá investimentos de mais de R\$ 8 milhões.....	44
Cooperação entre TJ e Sejustp permite comunicação eletrônica de 100% dos procedimentos investigatórios ...	46
Administração do TJ atende crescimento de Ribas do Rio Pardo.....	47
Notas.....	48
DIREÇÃO-GERAL.....	54
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO.....	60
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO.....	64
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS.....	79
AUDITORIA INTERNA.....	83
SECRETARIA DA MAGISTRATURA.....	86
SECRETARIA JUDICIÁRIA.....	94
SECRETARIA JUDICIÁRIA DE 1º GRAU (CPE).....	99
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	101
SECRETARIA DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO.....	105

SECRETARIA DE OBRAS	112
VICE-PRESIDÊNCIA	114
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA	116
COORDENADORIA DAS VARAS DE EXECUÇÃO PENAL ..	125
COORDENADORIA DAS VARAS DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	127
COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE	130
COORDENADORIA DA MULHER	134
NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	140
CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS	145
OUVIDORIA JUDICIÁRIA	150
ESCOLA JUDICIAL DE MS.....	152



APRESENTAÇÃO



Final de ano é momento de prestar contas dos avanços que alcançamos nos últimos meses. No dia 11 de maio realizamos o evento Etapa I, que apontou nosso planejamento para uma gestão de integração e apresentamos as ações realizadas até então. Neste relatório Etapa II, no fechamento do ano de 2023, destacamos, de forma objetiva, a evolução atingida nas diversas áreas do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e no cumprimento dos pilares de nossa administração no biênio.

Para o cumprimento dessas metas propostas ao assumir a Presidência do Tribunal de Justiça, focamos nossos trabalhos na formalização dos contratos de gestão firmados pelas áreas do TJMS com a administração, instrumentos-meio para as administrações públicas que tentam, cada vez mais, ser eficientes por meio de integração, motivação, controle e melhores entregas. Por meio destes é possível organizar tarefas, cumprir prazos, acompanhar o desenvolver do que foi estabelecido e chegar ao final a bom termo.

Com o objetivo de dar efetividade a este instrumento-meio criamos os Gabinetes de Integração, instrumento-fim para a concretização das ações que resultam em melhorias na prestação jurisdicional. Por meio deste mecanismo conseguimos operacionalizar nossas ações, aproximando a administração do Poder Judiciário das 55 comarcas de Mato Grosso do Sul com a entrega *in loco* de ações práticas em benefício do jurisdicionado.

Ao longo dos últimos meses percorremos todas as comarcas do Estado, além de municípios e distritos, com soluções que vão do diálogo e do bom relacionamento ao investimento em infraestrutura, tecnologia e inovação.

Nesta publicação apontamos o desenvolvimento das ações que nos aproximam do cumprimento dos pilares traçados no início da gestão, com a valorização da magistratura e dos servidores, o pronto atendimento e plena satisfação ao jurisdicionado e à classe dos advogados, além da melhoria na estrutura física, instalações e obras.

Boa leitura!

Judiciário de MS tem 99% de magistrados e 90% de servidores no trabalho presencial



Desde o início do biênio 2023/2024, o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Des. Sérgio Fernandes Martins, ressaltou a necessidade da presença de juízes nas comarcas no atendimento aos jurisdicionados e aos advogados, além da limitação da liberação de servidores para o serviço telepresencial em cumprimento à normatização do CNJ. Assim, dados atualizados no mês de outubro apontam que o Judiciário sul-

-mato-grossense conta atualmente com 99,24% dos magistrados e 90,2% dos servidores em trabalho presencial. Com isso, a Corte sul-mato-grossense apresenta números acima da média nacional, o que significa dizer que no MS a justiça é massivamente presencial.

Desde a declaração, pelo Ministério da Saúde, do fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional causada pela

pandemia da Covid-19 no Brasil, em 22 de abril de 2022, o retorno ao trabalho presencial tem sido uma realidade em todos os setores brasileiros, públicos e privados.

No Brasil, o Conselho Nacional de Justiça tem acompanhado a retomada da atividade presencial, determinada pelo Plenário do Conselho e fiscalizada por um grupo de trabalho instituído pela Portaria nº 103/2022. Para o CNJ, o retorno físico dos magistrados e servidores é medida necessária para atender demanda da sociedade e dos próprios tribunais, sendo intolerável qualquer resistência por parte de agentes de Estado ao referido comando.

Já em Mato Grosso do Sul, o presidente do Tribunal de Justiça, Des. Sérgio Fernandes Martins, ainda em fevereiro deste ano, revogou, por meio da Portaria nº 2.580, as decisões administrativas que autorizaram o regime de teletrabalho integral e parcial no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. Desde sua posse, o atual presidente do TJMS ressaltou a necessidade da presença de juízes nas comarcas no atendimento aos jurisdicionados e aos advogados, além da limitação da liberação para o serviço telepresencial em cumprimento à norma do Conselho Nacional de Justiça.

Deste modo, segundo dados levantados pela Secretaria de Gestão de Pessoas no dia 5 de outubro, do total de servidores do PJMS apenas 345 estão em teletrabalho, o que representa 9,8% em trabalho remoto e, conseqüentemente, 90,2% trabalhando presencialmente. Já em relação a magistrados, apenas dois permanecem em regime de teletrabalho, de forma que 99,24% dos juízes estão judicando de seus gabinetes.

Esses resultados demonstram a dedicação de magistrados e servidores do Poder Judiciário de MS para uma prestação jurisdicional eficiente e eficaz, em cumprimento a um dos pilares da administração do biênio 2023/2024, qual seja, a busca de melhoria no atendimento e na satisfação de jurisdicionados e advogados.



Ações da administração do TJ pautam Gabinete de Integração nas 55 comarcas de MS

Ao longo do ano de 2023, o presidente do Tribunal de Justiça, Des. Sérgio Fernandes Martins, concluiu agenda de compromissos no interior de Mato Grosso do Sul com a instalação do primeiro Gabinete de Integração do Poder Judiciário nas 48 comarcas que não tinham recebido a administração do TJMS na primeira etapa da gestão, finalizada no mês de abril, com a ação concretizada em sete comarcas. Além das comarcas foram visitadas ainda unidades de

apoio à justiça e distritos que receberam a Carreta da Justiça.

A instalação do Gabinete de Integração nas comarcas teve o objetivo de aproximar a administração do Tribunal de Justiça dos servidores, magistrados e da população, com a finalidade de adequar e dar agilidade aos serviços jurisdicionais, além de lançar ações, realizar atendimentos e despachos.

Nas comarcas foram destacados os contratos de gestão, já implementados no Poder Executivo estadual e adaptados ao Poder Judiciário como uma forma de direcionar as atividades da administração para que as metas estabelecidas para o biênio sejam atingidas. O Gabinete de Integração é o instrumento-fim para a concretização destas ações que resultarão em melhorias na prestação jurisdicional.

O Gabinete de Integração coloca em prática eixos de trabalho da administração do Poder Judiciário de MS, com a valorização dos magistrados e servidores e as políticas de valorização das pessoas, do ambiente de trabalho, dos equipamentos e do conhecimento, que no final se reverte em benefício do cidadão com um atendimento mais célere, trazendo plena satisfação a jurisdicionados e advogados.

Dentre as ações do Gabinete de Integração foram entregues computadores desktop nas comarcas, além dos contratos de gestão da administração aos diretores do foro e estudos de melhoria dos serviços de apoio existentes.

Houve ainda a entrega da instalação da energia fotovoltaica no prédio dos fóruns, gerando economia aos cofres públicos com a utilização de energia limpa. Na pauta foram assinadas ainda ordens de serviço e de compra para atendimento das necessidades das comarcas com intuito de resguardar a segurança e conforto dos magistrados, servidores, colaboradores e do público em geral.

Durante os eventos, o presidente apresentou o programa Lar Legal aos prefeitos locais, ação que tem o objetivo de legalizar títulos de propriedade para famílias carentes residentes em loteamentos ou comunidades empobrecidas já consolidados pelo tempo.

Tribunal de Justiça implanta medidas em benefício dos advogados

Um dos pilares da administração do biênio 2023/2024, o pronto atendimento e plena satisfação ao jurisdicionado e à classe dos advogados contou com a implantação de ações que beneficiaram diretamente a advocacia e, em consequência, a população que busca os serviços do Judiciário. Confira algumas destas ações:

CPE Atende

A primeira medida anunciada no dia 30 de junho pelo presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Des. Sérgio Fernandes Martins, em sessão do Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil, foi o CPE Atende, serviço *on-line* de atendimento a advogados e membros do Ministério Público, Defensoria Pública e das Procuradorias. A nova funcionalidade está disponível no link <https://sistemas.tjms.jus.br/sic/publico/loginCPE.xhtml>.

Para atender os reclamos da advocacia e resolver os problemas relacionados à CPE, foi solicitado à Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do TJMS que desenvolvesse um canal eletrônico capaz de registrar os pedidos de



forma organizada e de maneira a não comprometer os trabalhos da CPE. Assim, criou-se o CPE Atende, um serviço *on-line* disponibilizado no site do TJMS no qual não só os advogados, mas igualmente promotores e defensores públicos, podem se cadastrar e registrar seus pedidos, ver os detalhes, acompanhar o status e até cancelá-los, se for o caso. A previsão é de que no prazo de 3 a 5 dias úteis as requisições registradas sejam atendidas.



Relação de advogados

A Secretaria de TI desenvolveu um serviço de consulta para a OAB/MS que disponibiliza a relação de advogados que não possuem número de inscrição na Seccional, mas que atuaram perante o TJMS, informando ainda o ano da atuação, a quantidade de atos, se no primeiro ou no segundo grau, além do número da OAB informada pelo profissional.

Pagamento de taxas judiciais por pix

Na sessão do Conselho Seccional da OAB/MS do dia 28 de julho, o presidente do TJMS anunciou aos advogados duas novidades que resultam em mais celeridade na prestação jurisdicional. A primeira foi o pagamento das taxas

judiciais por pix, uma forma de confirmação de pagamento mais rápida do que o boleto. Ressalte-se que, com o PIX, é possível realizar transações 24 horas por dia, durante todos os dias do ano - incluindo fins de semana e feriados.

Substabelecimento *on-line*

Na mesma sessão da OAB, a segunda novidade foi o substabelecimento por meio *on-line*. Assim, é possível aos advogados substabelecer processos de forma automática, para um ou mais advogados, de acordo com a necessidade, sem que este precise peticionar ou aguardar procedimentos manuais por parte do cartório.

Publicação de julgamentos virtuais no Diário da Justiça

Desde o mês de outubro já está sendo publicada no Diário da Justiça (DJ) a movimentação processual que indica o início de um julgamento virtual no Tribunal de Justiça de MS. Ressalte-se que o julgamento virtual é uma modalidade de julgamento regulamentada pelo Provimento nº 411, do Conselho Superior da Magistratura e, como não ocorre de forma presencial, não há publicação de pauta com dia e hora, como no modelo presencial.

A partir de agora, uma vez que o relator do processo inicie o julgamento, de forma automatizada, a movimentação “Julgamento Virtual Iniciado” é encaminhada para publicação no Diário da Justiça. O envio ocorre sempre até as 16 horas (horário de encerramento do caderno) e a publicação é feita no caderno da Coordenadoria de Atendimento e Expedição da Secretaria Judiciária.

Essa remessa ao DJ é totalmente automática, sem ação humana. Assim que o relator apresenta seu voto aos demais componentes do órgão, o sistema considera o julgamento virtual iniciado, lançando

a movimentação nos autos e uma rotina automatizada do SAJ faz a remessa para ser publicada no Diário da Justiça.

Se a movimentação de início do julgamento virtual for lançada até as 16 horas, ela será publicada no Diário da Justiça do próximo dia útil seguinte. Após esse horário será publicada na edição seguinte. Após a publicação no DJ, o sistema faz a confirmação e certificação nos autos, indicando a referida publicação.

A novidade facilita o acompanhamento do processo pelos advogados, pois como não há publicação de pauta e resenha de julgamento, muitas vezes o advogado era surpreendido com a publicação do acórdão. Agora, uma vez que conste o início do julgamento, o advogado pode despachar com o relator antes da finalização do julgamento, ou adotar outras providências, além de estar ciente que o feito caminha para sua finalização.

TJ avança para implantação do Lar Legal MS



Desde que assumiu a Presidência, em fevereiro de 2023, o Des. Sérgio Fernandes Martins está tomando providências para a implantação do Lar Legal MS o mais breve possível nos municípios sul-mato-grossenses, tomando como referência a experiência de sucesso implantada em Santa Catarina há mais de 20 anos. O programa foi normatizado por meio do Pro-

vimento nº 488/2020, quando o atual presidente ocupava o cargo de Corregedor-Geral de Justiça.

Dentre as ações para avançar na efetivação desta ação, o presidente designou o Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva para representar o TJ nas ações referentes ao Lar Legal MS, que tem como objetivo principal a regularização fundiária, valorização das moradias e, sobretudo, garantia da dignidade e segurança jurídica da população, bem como reduzir as ações judiciais, viabilizando a inclusão e justiça social à faixa mais vulnerável da população. Para a efetivação da ação, foi designado o juiz Mauro Nering Karloh, da 8ª Vara Cível de Campo Grande, como magistrado responsável para decidir os procedimentos relacionados ao programa em todo o Estado, inclusive criando uma forma de peticionamento eletrônico que garante a competência para a 8ª Vara Cível.

Cooperação – No dia 31 de maio foi realizado o Simpósio de Regularização Fundiária pelo Programa Lar Legal MS, no auditório da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul).

Destinado a apresentar a proposta para prefeitos e servidores municipais, o evento reuniu cerca de 200 pessoas interessadas em discutir e entender mais sobre o programa para difundi-lo em seus municípios. Na abertura, houve a assinatura do termo de cooperação entre a Assomasul e o Tribunal de Justiça de MS.

No dia 4 de setembro, o Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva, representante do TJ nas ações referentes ao Lar Legal MS, reuniu-se com representantes de poderes públicos

e da sociedade civil para diálogo de proximidade e esclarecimento de dúvidas sobre o programa. Nos dias 3 e 4 de outubro, o Tribunal de Justiça marcou presença com um stand para divulgação do programa no 1º Congresso dos Municípios de Mato Grosso do Sul.

Primeiros procedimentos – O município de Fátima do Sul, por iniciativa do Executivo Municipal e de procuradores jurídicos, inovou e deu entrada no mês de se-





tembro em dois procedimentos de regularização fundiária pelo Programa Lar Legal MS, do Tribunal de Justiça, para beneficiar famílias de baixa renda com residências em núcleos habitacionais consolidados.

A iniciativa do Município de Fátima do Sul visa regularizar e outorgar o domínio, isto é, a escritura a pessoas que ocupam imóveis em núcleos habitacionais consolidados há mais de cinco anos, no Jardim Canaã, naquela cidade.

Valorização:

Atualizado valor do auxílio-alimentação e regulamentado auxílio-transporte



Desde que assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça, o Des. Sérgio Fernandes Martins ressaltou que a valorização dos servidores está entre os pilares da gestão do TJMS no biênio 2023/2024. Em cumprimento a este pilar, no dia 21 de junho foi publicada a Portaria que atualizou o valor do auxílio-alimentação concedido aos servidores do Poder Judiciário de MS, passando o valor do benefício de R\$ 1.500,00 para R\$ 2.000,00.

No dia 28 de agosto foi a vez da regulamentação do auxílio-trans-

porte para os servidores ativos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul. De acordo com a norma, o auxílio-transporte no valor mensal de R\$ 500,00 é devido ao servidor em atividade, nos deslocamentos da residência para o trabalho e do trabalho para a residência, sendo-lhe pago direta e antecipadamente, mediante depósito em conta-corrente, todo primeiro dia útil do mês.

O auxílio-transporte é concedido por dia de efetivo exercício e não será devido caso o servidor esteja realizando suas atribuições em regime de teletrabalho integral ou parcial e durante o período de afastamentos não remunerados.

Solenidades: TJ empossa novos desembargadores e vitalicia 12 magistrados



No período de maio a dezembro de 2023, o presidente do Tribunal de Justiça, Des. Sérgio Fernandes Martins, conduziu as posses dos juízes Lúcio Raimundo da Silveira e Fernando Paes de Campos no cargo de desembargador, além da solenidade inédita de vitaliciamento dos 12 juízes substitutos empossados em 15 de setembro de 2021.

Desembargadores Empossados



Lúcio Raimundo da Silveira



Fernando Paes de Campos

No dia 17 de maio, os membros do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul votaram concurso de promoção para o cargo de Desembargador, critério antiguidade, e o juiz substituto em 2º grau Lúcio Raimundo da Silveira foi promovido por aclamação. Feliz por ter alcançado o ápice da carreira, ele preferiu ser empossado imediatamente. O novo integrante da mais alta Corte de justiça sul-matogrossense foi nomeado em 12 de janeiro de 1989 para exercer o cargo de juiz substituto. Em junho de 1989 foi promovido para juiz de primeira entrância e passou a judicar na comarca de Bandeirantes. Em novembro de 1995, uma nova promoção o levou para a comarca de Nova An-

dradina, onde passou a atuar como juiz de segunda entrância. Em maio de 2001, foi promovido para o cargo de juiz de auxiliar, para atuar em comarca de entrância especial, e começou a julgar em Campo Grande, contudo, por remoção, em novembro do mesmo ano, mudou-se para Dourados, onde permaneceu até janeiro de 2019, quando foi novamente removido para a capital como juiz substituto em segundo grau.

Na tarde do dia 22 de setembro, no plenário do Tribunal Pleno do Palácio da Justiça, 12 juízes substitutos aprovados no 32º Concurso Público para provimento de cargos de Juiz Substituto de MS foram vitaliciados: Laísa de Oliveira Ferneda Marcolini, Thiago Notari Bertoncello, Larissa Ribeiro Fiuza, Bruce Henrique dos Santos Bueno Silva, Mayara Luiza Schaefer Lermen, Rafael Condé Tostes, Lídia Geanne Ferreira e Cândido, César David Maudonnet, Eduardo Augusto Alves, Ricardo Adelino Suaid, Fernanda Giacobbo e Camila Neves Porciúncula. Na solenidade, inédita no Judiciário de MS, os magistrados foram chamados um a um perante o presidente do Tribunal de Justiça, Des. Sérgio Fernandes Martins, para a assinatura dos termos de vitaliciamento.

No dia 27 de novembro foi a vez do juiz Fernando Paes de Campos, substituto em segundo grau, tomar posse no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de MS. Formado em Direito pela Universidade São Francisco, em Bragança Paulista (SP), ingressou na magistratura sul-matogrossense em fevereiro de 1994 para exercer o cargo de juiz substituto. Em dezembro de 1994 foi promovido para juiz de primeira entrância para judicar na comar-

ca de Anaurilândia. Uma nova promoção em novembro de 1997 transformou-o em juiz de segunda entrância e passou a atuar em Cassilândia. Em outubro de 2000, Fernando Paes foi removido para a comarca de Aquidauana e de lá, em novembro de 2001, foi promovido para o cargo de juiz auxiliar para entrância especial. No biênio 2007/2008 integrou a Turma Recursal Mista e na gestão 2013/2014 ocupou a função de juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça. Em 2017/2018 foi novamente juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça. Em 2019/2020 atuou como juiz auxiliar da Vice-Presidência e no biênio 2021/2022 exerceu a função de juiz auxiliar da Presidência. Em 21 de junho de 2023 foi removido para o cargo de Juiz de Direito Substituto em 2º Grau.

TJMS conquista a revalidação do ISO 9001:2015 e ISO 37001:2017



Foi realizada no dia 28 de julho a reunião de encerramento da auditoria de manutenção das certificações ISO 9001:2015 e ISO 37001:2017. Como resultado do trabalho dos auditores, houve a recomendação para manutenção dos certificados.

Ressalte-se que o TJMS é o primeiro no país a receber certificação ISO 9001 e ISO 37001 no 2º grau, em outubro de 2022. Desta vez, estiveram no TJMS o auditor Airton Mondadori Filho, da em-

presa QMS Certification, e o consultor Mário Lúcio Paiva da empresa, da TNQ Consultoria, que foram acompanhados pela servidora Viviane de Pinho, gestora do Sistema de Gestão Integrado (SGI).

O auditor foi encarregado de verificar a conformidade dos requisitos para a certificação, por isso, ficaram a semana toda visitando secretarias e gabinetes no Tribunal de Justiça. Durante a apresentação do relatório final, o

auditor ressaltou que não foram encontradas não-conformidades e destacou como pontos positivos a visão estratégica e o apoio às atividades do SGI pela atual administração; a estruturação e a gestão do SGI; a sistemática de gestão de mudanças; a organização das atividades dos processos (ISO) e a conscientização quanto às políticas do SGI.

Visita

Nos dias 15 e 16 de junho, representantes da Câmara Municipal de Belo Horizonte (MG) estiveram em Campo Grande para uma visita técnica a fim de conhecer o fun-

cionamento do Sistema de Gestão Antissuborno do Tribunal de Justiça de MS, visto que é o primeiro a ser certificado na ISO 37001.

De acordo com a procuradora da Câmara Municipal de Belo Horizonte e coordenadora do Comitê de *Compliance* daquele órgão, Priscila Caroline Cardim Santana Rodrigues, a Câmara está trabalhando para buscar a certificação da ISO 37001 e os visitantes estiveram no TJMS para conhecer o processo para obtenção do ISO porque o Poder Judiciário de MS tornou-se referência no país.



Inovação: Tribunal de Justiça de MS conquista 1º lugar em prêmio nacional



“Inovação na Gestão. Projeto que se destaca. Em primeiro lugar: o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul com a Central de Processamento Eletrônico (CPE)”. Com essas palavras, foram chamados ao palco o presidente do TJMS, Des. Sérgio Fernandes Martins, o juiz diretor da CPE, Olivar Augusto Roberti Coneglian; o juiz auxiliar da Presidência, Renato Antonio de Liberali, e o diretor de

Planejamento, Altair Junior Ancelmo Soares, para receber o Prêmio de Inovação, na categoria Inovação na Gestão.

Nesta quarta edição do Prêmio de Inovação do J.EX., entregue no dia 21 de novembro, representando o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul como finalistas estavam a CPE e o Des. Sérgio Fernandes Martins, na categoria Liderança Exponencial.

O Prêmio Inovação é uma proposta que objetiva reconhecer e incentivar iniciativas e projetos inovadores no âmbito tecnológico, de gestão e de novas metodologias aplicadas no ecossistema de justiça.

A Central de Processamento Eletrônico (CPE), sob o comando do juiz Olivar Augusto Roberti Coneglian, representou a justiça sul-mato-grossense entre 11 ini-

ciativas transformadoras e como Liderança Exponencial, o Des. Sérgio Fernandes Martins ficou entre os finalistas em razão da ação Gabinete de Integração, implantada no início da atual gestão do TJMS.

Participaram da cerimônia de premiação membros do Poder Judiciário e instituições de funções essenciais à justiça de todo o país.





Administração implanta novo fluxo de trabalho para TI no Judiciário de MS

A exemplo do que tem feito desde que assumiu a presidência do Tribunal de Justiça de MS, o Des. Sérgio Fernandes Martins estabeleceu novos processos de trabalho visando imprimir mais celeridade e transparência nas ações da gestão 2023/2024, que responde pelos destinos da justiça sul-mato-grossense.

Assim, o presidente do TJ editou a Portaria nº 2.719 que instituiu o Processo de Gerenciamento de Demandas de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário de MS e os resultados já começam a aparecer. A Secretaria de Tecnologia da Informação atende todas as áreas no Tribunal de Justiça, as 55 comarcas, juízes de primeiro grau e desembargado-

res, não sendo possível atender todas as demandas de forma simultânea, razão pela qual as decisões sobre priorização emitidas pelo comitê ou pela administração são tão necessárias – anteriormente os atendimentos eram concomitantes e isso atrapalhava a entrega dos resultados.

Desta forma, criou-se um painel para permitir que os demandantes vejam qual o status da sua demanda, quais os demais pedidos estão sendo atendidos e quais solicitações foram emitidas para a TI, dando uma visão do todo. Na verdade, esse é outro objetivo da atual administração: dar transparência para as áreas do que está sendo feito pela TI, além dos chamados operacionais do dia a dia.

TJ inicia o projeto Memórias do Judiciário nas Escolas



O Tribunal de Justiça de MS, por meio do Departamento de Gestão Documental e Memória da Secretaria Judiciária, iniciou, no dia 26 de junho, o projeto Memórias do Judiciário nas Escolas, que levará à sociedade, por meio de jovens estudantes, a história da justiça sul-mato-grossense.

Para que a proposta seja levada a campo, um termo de cooperação mútua foi assinado entre o TJMS, a Secretaria de Estado de Educação (SED) e a Academia Sul-mato-grossense de Letras (ASL) para a

realização de palestras sobre processos com valor histórico a serem ministradas em escolas públicas estaduais de ensino médio, com a exposição dos autos físicos e de totem interativo.

Por meio da parceria com a SED e a ASL, o TJMS comprometeu-se a localizar e separar processos para serem usados como base nas palestras e exposições, bem como indicar os servidores que falarão com os alunos.

A ASL acompanha os encontros, disponibilizando materiais para os alunos e realizando uma apresentação histórica da Academia, enquanto a SED garante a indicação das escolas aptas a receberem o projeto, o cronograma de visitas, assim como designa um professor para acompanhar as exposições com o intuito de proporcionar continuidade e valer-se dos processos para trabalhar os temas apresentados de maneira lúdica.



TJMS recicla mais de 14 toneladas de processos arquivados em 2023



O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul realizou, nos dias 14 de julho e 10 de outubro, o descarte de 14,08 toneladas de papel, referente a processos arquivados. A ação foi comandada pelo Departamento de Gestão Documental e Memória, vinculado à Secretaria Judiciária do TJMS, representando os primeiros descartes ecológicos da atual gestão da Corte sul-mato-grossense. As ações resultaram na arrecadação de R\$ 5.629,00 destinados a entidade beneficente.

Seguindo a dinâmica dos descartes ecológicos já realizados, entre os processos triturados no primeiro descarte prevaleceram autos da comarca de Dourados escolhidos durante o mutirão de classificação dos processos do arquivo geral e judicial. Igualmente

foram encaminhados para reciclagem documentos administrativos e materiais das secretarias e comarcas.

O descarte ecológico integra uma das metas do Departamento de Gestão Documental e Memória presente no Contrato de Gestão assinado com a Administração do TJMS. De acordo com o documento, estão previstos três descartes que juntos deverão somar 15 toneladas de papel.

Para que os descartes fossem possíveis, o presidente do TJMS, Des. Sérgio Fernandes Martins, assinou no dia 19 de junho a autorização para digitalização de processos presentes no Arquivo Geral e Judicial Centralizado do TJMS para posterior descarte ecológico. Depois de visitar as instalações do arquivo geral e judicial centralizado, passando pelas fileiras de estantes com processos arquivados das comarcas do interior e de Campo Grande, em ato simbólico, o desembargador colocou na caçamba o primeiro processo dentre os que foram descartados na primeira vez.



CNJ finaliza inspeção e reconhece o trabalho da Justiça de MS

Em solenidade realizada no plenário do Tribunal Pleno, a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) finalizou no dia 9 de agosto a inspeção ordinária no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul depois de três dias de trabalho.

Na abertura da cerimônia, o presidente do Tribunal de Justiça, Des. Sérgio Fernandes Martins, ressaltou a importância da vinda da equipe do CNJ a Mato Grosso do Sul e agradeceu aos envolvidos na inspeção pelo esforço em fazer os trabalhos transcorrerem na mais perfeita ordem.

A solenidade foi encerrada com o discurso do ministro Luis Felipe Salomão, que fez questão de agradecer a acolhida exemplar em Mato Grosso do Sul, destacou

o trabalho realizado pela Corregedoria Nacional de Justiça, ressaltou propostas e projetos desenvolvidos, citou a elaboração de metas e afirmou que o intuito da inspeção ordinária é interagir, aprimorar o trabalho nos tribunais, identificar as soluções, se houver, e ajudar nas soluções.

A inspeção ordinária apontou a eficiência, a agilidade e a excelência da justiça estadual de MS, na medida em que o Tribunal de Justiça valoriza magistrados e servidores, aprimora sempre a prestação de serviços, o atendimento a advogados e ao cidadão, em uma postura atuante, com trabalho presencial de mais celeridade processual e solução de conflitos e demandas da população.

TJ certifica novos brigadistas e cede van para uso do Corpo de Bombeiros



Na Semana Nacional de Prevenção contra Incêndios, no início do mês de julho, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul concedeu o uso de uma van ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do MS (CBMMS), certificou 46 novos brigadistas de incêndio, além de receber o Certificado de Vistoria dos bombeiros referente ao prédio onde está situado o Centro Integrado de Justiça (Cijus).

Todas as ações foram realizadas durante a edição do Gabinete de Integração que aconteceu no dia 4 de julho, no Quartel do CBMMS. O primeiro ato da solenidade foi a assinatura do Termo de Cessão de Uso, celebrado entre o Tribunal de Justiça, a Sejusp/MS e o CBMMS, para ceder uma van do Poder Ju-

diciário aos bombeiros, a fim de que a utilizem como carro de apoio durante o atendimento de ocorrências.

Em seguida, o Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros do prédio do Cijus foi concedido ao TJMS, demonstrando que a edificação possui todos os requisitos de proteção e combate a incêndios. Após, representando os 300 servidores que concluíram o curso de brigada de incêndio promovido pelo serviço de proteção contra incêndio e pânico da Assessoria Militar, em parceria com a Ejud-MS, foi concedido o certificado de brigadista a 46 servidores presentes.



TJMS cria ferramenta que acelera a penhora de valores pelo SISBAJUD



Em muitos processos judiciais é necessário que o magistrado bloqueie dinheiro nas contas bancárias dos devedores, e isso é feito por meio do acesso pela web ao Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (SISBAJUD), gerido pelo Banco Central e pelo CNJ. O procedimento em questão era moroso e demandava elevado esforço dos operadores do direito, já que as ordens eram feitas de forma manual e individualizada, sendo que o magistrado ou assessor tinha que entrar no site do SISBAJUD no mínimo em duas ocasiões, e em dias diferentes.

Com a novidade, a atividade não demandará nem cinco minutos do operador. A Secretaria

de Tecnologia da Informação do TJMS criou um “robô” que facilita o lançamento da ordem de bloqueio, extrai automaticamente as informações do SISBAJUD no formato PDF e as junta no processo judicial. E mais, permite que as ordens venham a ser lançadas em lotes. Para a confecção do robô, a TI teve a parceria do Núcleo de Pesquisas Judiciais (NUPEJUD) da Central de Processamento Eletrônico.

Após a fase inicial de desenvolvimento, o robô, ou bots (que é efetivamente uma automação robótica de processos para executar tarefas repetitivas anteriormente realizadas por pessoas), passou a ser testado nas varas de execução fiscal. Em um segundo momento, mas ainda em testes, foi expandido para as varas de família de Campo Grande e, então, quando o produto já estava em condições de uso, foi apresentado para todos os Juízes de Campo Grande, na sequência para os de Dourados e região, seguindo-se para todas as varas do Estado.



Juizados em Ação leva serviços da justiça até povos tradicionais de MS

Uma proposta inovadora, pensada para atender os habitantes das comunidades tradicionais. Este é o projeto Juizados em Ação nas Comunidades Tradicionais, do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais (CSJE), presidido pelo Des. Alexandre Bastos, lançado no dia 25 de agosto, na Escola Estadual Indígena Mbo'eroy Guarani Kaiowá, situada na aldeia Amambai.

O projeto está sendo desenvolvido desde o início desta gestão e

pretende, ao prestar atendimento às comunidades que têm dificuldades e limitações para acessar o Judiciário, evidenciar a atuação efetiva dos juizados especiais, oportunizando soluções pré-processuais e agilizando atermações das demandas.

Além da aldeia Amambai, no ano de 2023 a ação foi levada às aldeias Limão Verde e Bananal, ambas em Aquidauana, na comunidade quilombola de Furnas do Dionísio e em Corumbá.

Entenda

A iniciativa Juizados em Ação nas Comunidades Tradicionais envolve uma van que leva os servidores dos juizados até as comunidades onde vivem indígenas e quilombolas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), calcula-se que em 2019 existiam 5.972 comunidades quilombolas distribuídas em 1.672 dos 5.570 municípios brasileiros.

Ressalte-se que, de acordo com o Decreto nº 6.040/2007, povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuem formas próprias

de organização social, ocupam e usam território e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição.

Em Mato Grosso do Sul, as comunidades indígenas estão distribuídas pelos 79 municípios como Amambai, Anastácio, Aquidauana, Bandeirantes, Bonito, Campo Grande, Corguinho, Corumbá, Dourados, Figueirão, Itaporã, Jaguarari, Maracaju, Nioaque, Pedro Gomes, Rio Brillhante, Rio Negro, Sonora e Terenos, entre outros.



TJ conclui concurso extrajudicial e finaliza segunda etapa do concurso da magistratura



No dia 18 de agosto de 2023, o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Des. Sérgio Fernandes Martins, homologou a classificação final dos candidatos aprovados, nos critérios provimento e remoção, do V Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga e Delegação de Serviços Notariais e Registrais do Estado de Mato Grosso do Sul.

Com transmissão ao vivo pelo Youtube do TJMS, foi realizada no dia 21 de setembro a sessão pública de outorga e delegação de serviços notariais e registrais para

os aprovados no certame, com o preenchimento das 60 serventias extrajudiciais disponibilizadas no concurso, mediante outorga da delegação. Do total de 192 candidatos aprovados, 146 compareceram ao ato solene. Foram escolhidos oito serviços pelo critério de remoção – geral; dois pelos candidatos aprovados para as vagas reservadas de Provimento (PCD) e 50 foram escolhidos por candidatos aprovados no critério de ingresso por provimento – geral. Concomitante à sessão de escolha, 15 candidatos fizeram a investidura na ocasião.

Magistratura

Começou no dia 30 de junho a segunda fase do 33º Concurso Público para provimento de cargos de Juiz Substituto do Estado de Mato Grosso do Sul. Desta vez, os candidatos aprovados na primeira fase fizeram a prova discursiva e as provas de sentenças cível e criminal.

Para esta etapa foi convocado o total de 421 candidatos, dos quais 91 candidatos negros, nove candidatos PcD e um candidato negro e PcD. No mês de dezembro foi finalizada esta etapa com a divulgação do Resultado Definitivo das Provas Práticas (Sentenças Criminal e Cível).



TJMS promove II Encontro dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário



O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, por meio do seu Centro de Inteligência da Justiça Estadual (CIJEMS) e de sua Escola Judicial (Ejud-MS), promoveu na cidade de Bonito (MS), de 4 a 6 de outubro, o II Encontro dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário. O encontro teve o apoio da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e a parceria do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) e do Tribunal Regional do

Trabalho da 24ª Região (TRT-24).

O evento reuniu palestrantes de renome internacional e foi destinado a magistrados, assessores, assistentes de gabinete, servidores, estagiários, colaboradores terceirizados e público externo. Durante os três dias de encontro foram abordados, dentre outros temas, o pensamento sistêmico para a solução de problemas complexos, a gestão de precedentes, políticas públicas de prevenção à litigância predatória e à litigância repetitiva, bem como práticas de cooperação entre os diversos Centros de Inteligência do país.

Somando-se às diversas apresentações realizadas por magistrados da Justiça Federal, do Trabalho e Estadual, foram realizadas várias oficinas para debater e aprofundar os assuntos levantados pelos expositores.





Novo Fórum de Maracaju terá investimentos de mais de R\$ 8 milhões



No dia 17 de novembro, o presidente do Tribunal de Justiça de MS, Des. Sérgio Fernandes Martins, assinou a ordem de serviço para a construção do novo prédio do Fórum de Maracaju. A obra grandiosa, que contempla um sonho antigo da população maracajuense e será efetivada em razão da visão de vanguarda da atual administração da justiça sul-mato-grossense, terá investimentos no valor de R\$ 8.498.499,35 e área total construída de 1.545,00 m², no prazo de 12 meses, a partir da data de início da execução da obra.

Com o constante desenvolvimento daquela comarca e arredores, o atual prédio do Fórum de Maracaju não é mais adequado para se atender a demanda local com qualidade nem fornecer local adequado de trabalho para juízes e servidores. Atualmente tramitam na comarca 11.452 feitos nas áreas cível e criminal, além de 1.828 processos nos juizados.

O novo prédio do Fórum será construído em um terreno doado pelo município de Maracaju, com área total de 8.941,72m², e a edi-

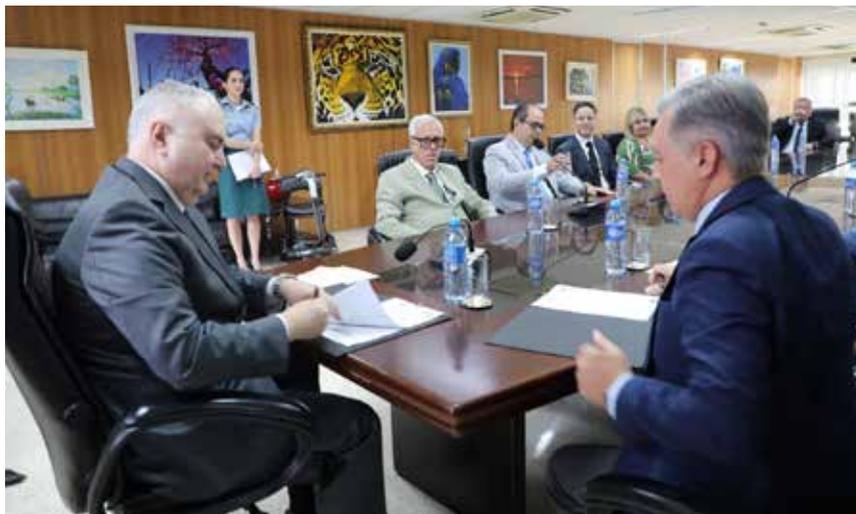
ficação abrigará toda a estrutura física necessária para o funcionamento de uma comarca de 2ª entrância, com três varas instaladas.

A obra obedece aos critérios de acessibilidade, com rampas, sinalização tátil de pisos e calçadas, além de banheiros acessíveis e independentes para atender às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. O prédio terá também um sistema de produção de energia fotovoltaica para reduzir

os altos custos gerados pelo consumo de energia elétrica, insumo imprescindível para a condução das atividades jurisdicionais.

Todas as decisões de projeto e tecnologias de construção serão implantadas para promover o conforto ambiental, em consonância com a sustentabilidade e a eficiência energética.





Cooperação entre TJ e Sejusp permite comunicação eletrônica de 100% dos procedimentos investigatórios

Com o objetivo de promover a troca eletrônica de informações e permitindo o ajuizamento de procedimento instaurado em delegacia, com envio de documentação complementar, o Tribunal de Justiça de MS e a Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) firmaram, em 1º de dezembro de 2023, termo de cooperação, assinado pelo Des. Sérgio Fernandes Martins, presidente do TJMS, e pelo secretário Antonio Carlos Videira. Ressalte-se que antes da integra-

ção do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) com o sistema Sigo, da Polícia Civil, os procedimentos investigatórios eram transportados no formato físico pela polícia até os fóruns, onde eram distribuídos e digitalizados pelo judiciário e pelo Ministério Público. A partir dessa iniciativa essa etapa está 100% eletrônica, eliminando custos monetários e de operação para impressão, encarte, transporte e digitalização.

Administração do TJ atende crescimento de Ribas do Rio Pardo

Para atender ao crescimento de Ribas do Rio Pardo e região, em decorrência da instalação de uma empresa de celulose na região, a administração do TJMS investiu em melhorias que foram entregues em setembro de 2023. A Comarca recebeu a 2ª Vara e a juíza Camila Neves Porciúncula foi nomeada para atuar na unidade judiciária. Além disso foi entregue a reforma e ampliação do fórum local. Na ampliação e reforma foram investidos mais de R\$ 1,5 milhão na obra de ampliação e reforma do prédio que contava com 722 m² de área, aos quais foram acrescentados 64 m², de modo a comportar a estrutura da 2ª Vara Cível e Criminal.





Processos históricos por QR Code

Processos históricos e relevantes que tramitaram na comarca de Campo Grande podem ser acessados pelo site do Tribunal de Justiça. O acervo digital, que abriga também casos de outras comarcas do Estado, pode ser acessado pelo celular por QR Code no Portal da Memória do TJMS.

Primeira juíza titular de Coronel Sapucaia

O presidente do Tribunal de Justiça, Des. Sérgio Fernandes Martins, empossou no dia 6 de setembro a juíza Mayara Luiza Schaefer Lermen como a primeira titular da comarca de Coronel Sapucaia, instalada no dia 17 de janeiro de 2019.





Acordo de cooperação técnica com o Detran/MS

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul firmou no dia 30 de agosto um acordo de cooperação técnica com o Detran/MS. O objetivo da cooperação é a racionalização do procedimento de retirada de restrição judicial Renajud pelo Detran/MS, nos processos judiciais cíveis de competência da justiça estadual, nos casos de veículos apreendidos administrativamente

pelo órgão de trânsito e depositados em seus pátios, possibilitando a alienação dos veículos com restrição, após o cumprimento dos § 14 e §15 do art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro.

Na prática, a cooperação agiliza a retirada dos veículos apreendidos com restrição judicial ou Renajud dos pátios do departamento de trânsito e imprime mais celeridade nos atos processuais de tais processos.



Cejusc Saúde

Mato Grosso do Sul tem agora um Centro Judiciário de Solução de Conflitos com foco na área da saúde: o Cejusc Saúde. A novidade foi lançada no dia 13 de novembro durante o Seminário Judicialização da Saúde, evento realizado pelo Tribunal de Justiça de MS, por meio da Escola Judicial (Ejud-MS) em parceria com Comitê Estadual de MS do

Fórum Nacional da Saúde do CNJ. Importante ressaltar que o Cejusc Saúde foi criado pela Portaria nº 2.788/2023, considerada ainda a decisão proferida nos autos 163.373.0138/2023, que conferiu ao Cejusc/TJ a atribuição relativa à área da saúde.

Justiça em Números destaca TJMS como o melhor entre os TJs de pequeno porte e segundo entre todos

No ranking divulgado pelo CNJ, a Corte sul-mato-grossense conquistou o primeiro lugar entre os 12 tribunais de pequeno porte e segundo lugar no geral entre os 27 tribunais, no índice de atendimento à demanda, com o percentual de 116,3%, ficando atrás apenas do TJGO, com 121,1%. Essa posição destaca o compromisso do TJMS em lidar de forma acertada com a demanda de processos e casos que chegam à instituição. Este Índice de Atendimento à Demanda - IAD é o indicador que verifica se o tribunal foi capaz de baixar proces-

sos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos.

No relatório Justiça em Números de 2023, no tocante ao Segundo Grau, o TJMS, juntamente do TJTO e do TJPB, todos de pequeno porte, alcançaram um IPC-Jus (Índice de Produtividade Comparada da Justiça) de 100%, evidenciando a excelência e o compromisso da Corte de MS. No geral, o TJMS obteve um IPC-Jus de 82%, o que demonstra desempenho e eficácia no julgamento de processos e na prestação de serviços jurisdicionais.



Doação de computadores

No dia 4 de outubro, o presidente do Tribunal de Justiça, Des. Sérgio Fernandes Martins, fez uma doação de 15 computadores para os participantes de um projeto do Instituto Mirim Ambiental de Bonito voltado a encaminhar e auxiliar crianças e adolescentes, inte-

grantes da rede pública de ensino, com noções de cidadania, escotismo, higiene e saúde, entre outras disciplinas, em horários fora do turno escolar e completamente sem custo, já que todos os envolvidos são voluntários.



Convênio para Mestrado

No dia 20 de novembro, o presidente do Tribunal de Justiça de MS, Des. Sérgio Fernandes Martins, esteve em Brasília para firmar convênio com a Universidade de Girona que permitirá oferecer a magistrados e servidores do Poder Judiciário de MS programas de mestrado em Processo Penal e Garantismo, e Fundamentos da Responsabilidade Civil. Os cursos serão disponibilizados a partir de março/abril de 2024, com 30 vagas cada um.

Os mestrados terão duração de dois anos, serão oferecidos com dupla titulação das Universidades de Girona e de Gênova, e a formação será na modalidade presencial, com professores vinculados ao programa por meio da Universidade de Girona (Espanha), que virão ao Brasil para ministrá-las.



DIREÇÃO-GERAL



SESSÕES
ADMINISTRATIVAS
DO ÓRGÃO
ESPECIAL E
TRIBUNAL PLENO

Órgão Especial

12
sessões

Tribunal Pleno

8
sessões



Tribunal Pleno

1
sessão
solene

DIREÇÃO-GERAL EM NÚMEROS

150

Decisões proferidas em pedidos de restituições de custas

68

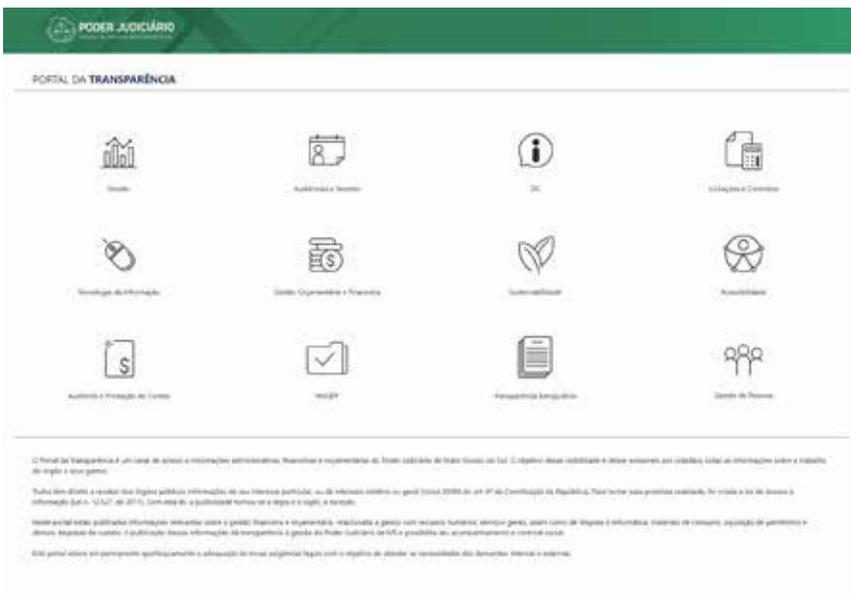
Processos licitatórios submetidos a análise de conformidade

200

Pedidos de reajuste, repactuação e revisão dos contratos administrativos, submetidos a análise de conformidade

13

Processos licitatórios enviados ao TCE/MS para controle prévio



Aprimoramento da Gestão do Portal da Transparência

Com o objetivo de atender às exigências e critérios das legislações relacionadas à transparência institucional, a Direção-Geral realizou o aprimoramento da gestão do Portal da Transparência. Para tanto, foram realizadas nove iniciativas de melhoria, das quais destacam-se:

- Realização de reuniões de alinhamento com as áreas para avaliação da viabilidade das melhorias propostas;

- Regulamentação do e-SIC;
- Definição de papéis e responsabilidades para a administração e monitoramento do Portal;
- Estabelecimento de procedimentos para gerenciamento e supervisão das informações fornecidas no Portal.

Esta ação visou garantir o acesso à informação ao jurisdicionado e à sociedade em geral, uma vez que é um direito fundamental estabelecido na Constituição Federal.

Manutenção das Certificações nas normas ISOs 9001 e 37001

No ano de 2023, o TJMS despendeu esforços para a manutenção das certificações ISO 9001 – Gestão da Qualidade e ISO 37001 – Gestão Antissuborno. Para tanto, a Direção-Geral capitaneou as ações para o êxito desta iniciativa, por meio de reuniões de alinhamento e consultoria interna com as áreas envolvidas.

Inicialmente foram realizadas 26 reuniões com as áreas administrativas e gabinetes de desembargadores, que foram orientadas e preparadas para a auditoria. Também houve análise de possíveis revisões e/ou adequações nas documentações e procedimentos de acordo com os requisitos das normas.

Outro ponto de extrema relevância foi o treinamento *on-line*, idealizado pela Direção-Geral. A iniciativa contou com o apoio da Secretaria de Comunicação e Secretaria de Tecnologia da Informação e abordou os procedimentos estabelecidos para cumprimento dos requisitos das normas ISOs. A capacitação atingiu 1.892 pessoas, incluindo magistrados, servidores, estagiários e mirins.

Além disso, auditorias internas e externas foram realizadas para verificar a conformidade dos processos com os requisitos das normas certificadas. A auditoria externa destacou vários pontos positivos, incluindo a visão estratégica e o apoio às atividades do SGI pela atual administração, a estruturação e a gestão do SGI, a sistemática de gestão de mudanças, a organização das atividades dos processos (ISO) e a conscientização quanto às políticas do SGI. A auditoria externa não encontrou nenhuma não conformidade, mantendo assim as certificações.



Aperfeiçoamento da gestão do Prêmio CNJ de Qualidade

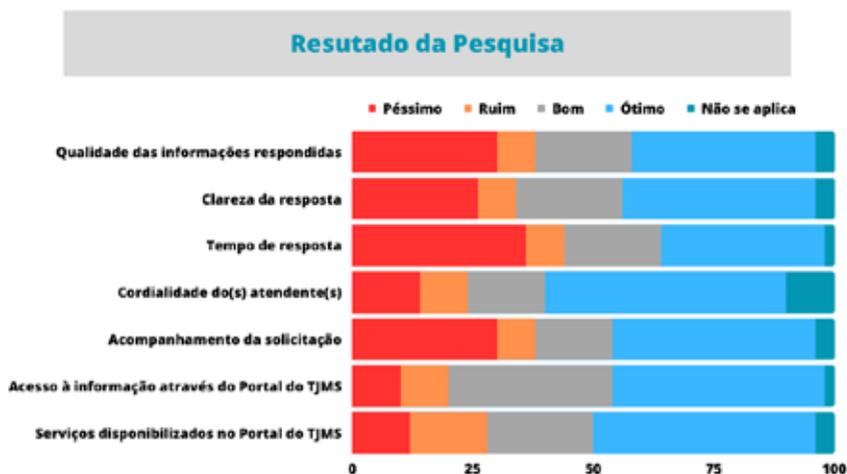
A partir de 2023, a Direção-Geral assumiu a importante tarefa de supervisionar, receber e analisar as informações dos eixos de governança e transparência do Prêmio CNJ de Qualidade. O objetivo é identificar quaisquer problemas e incentivar melhorias para o alcance de resultados expressivos e a uma prestação jurisdicional efetiva e célere.

Dos 19 requisitos distribuídos entre esses eixos, o TJMS obteve uma pontuação de 77%, atingindo 407,50 pontos de um total de 530 pontos.

Após análises quantitativas e qualitativas, a Direção-Geral elaborou um plano de ação para melhoria deste resultado, por meio de propostas de melhorias nos requisitos não atendidos, a fim de que no ano seguinte os resultados sejam satisfatórios.

Aprimoramento da Pesquisa de Satisfação

Com o intuito de obter informações valiosas que auxiliem na tomada de decisão, a Direção-Geral aprimorou os mecanismos da pesquisa de satisfação. A qualidade do atendimento, o acesso à informação por meio do Portal e outros fatores que afetam o contato com



a instituição influenciam a satisfação do jurisdicionado.

Medir a satisfação e identificar falhas e lacunas é fundamental para garantir uma prestação jurisdicional efetiva e célere. Para tanto, é necessário que a pesquisa alcance resultados significativos, com o número de respondentes correspondente ao número de atendimentos realizados pelo TJMS. Para colocar essa iniciativa em prática, foram realizadas as seguintes ações:

- Melhoria do formulário da pesquisa de satisfação;
- Inserção do link da pesquisa em diversos canais de atendimento do TJMS;
- Posicionamento do banner da pesquisa em local mais acessível;
- Divulgação da pesquisa de satisfação.

Consolidação do Plano Anual de Contratações para o exercício de 2024

O Plano Anual de Contratações - PAC, instituído pela Resolução 347/2020 do Conselho Nacional de Justiça, tem como principais objetivos aprimorar o processo

de planejamento das aquisições e contratações públicas e possibilitar uma maior transparência dos gastos, dando mais publicidade às futuras contratações para o mercado fornecedor que poderá, de antemão, conhecer as expectativas e assim se preparar para ofertar melhores condições nos processos de contratações.

O PAC estabelece o planejamento das contratações pelo período de um ano e contém informações relevantes, como a identificação da unidade demandante, os objetos a serem adquiridos/contratados, a quantidade, a justificativa da necessidade dessa contratação e o valor estimado, além da previsão da data para a realização da compra ou contratação.

Para a elaboração do plano, as áreas demandantes preencheram uma planilha com informações relevantes sobre as contratações, alinhadas à proposta orçamentária para o ano de 2024. De posse das informações, a Direção-Geral fez a análise e posteriormente a consolidação do plano.

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

Na primeira etapa de administração do biênio 2023/2024 a Assessoria de Planejamento desenvolveu as seguintes atividades:



- Elaboração dos Contratos Internos de Gestão, envolvendo mais 11 áreas do TJMS, com a proposição de 57 iniciativas e 31 indicadores;
- Revisão do Plano Estratégico;
- Proposição ao Comitê quanto à adequação da Estratégica para alinhamento às diretrizes da administração;
- Promoção da participação do TJMS no Prêmio Judiciário Exponencial nas categorias “Inovação na Gestão” e “Liderança Exponencial”;
- Organização de nova metodologia para o segundo ano dos Contratos de Gestão, com perspectiva de ampliação das áreas envolvidas;
- Desenvolvimento de ações voltadas à área fim, para preparação das equipes quanto à elaboração dos contratos de gestão do ano de 2024;
- Desenvolvimento de ferramenta para acompanhamento das entregas dos Contratos de Gestão;

- Acompanhamento mensal sistemático das entregas dos Contratos de Gestão com 25 áreas;
- Conclusão da aplicação e aperfeiçoamento da nova metodologia de gerenciamento de projetos;
- Implantação de nova ferramenta para planejamento e acompanhamento de projetos;
- Planejamento e acompanhamento de projetos conforme nova metodologia implantada e nova ferramenta proposta;
- Preparação e aplicação de curso da nova metodologia de Gerenciamento de Projetos;
- Planejamento e acompanhamento dos projetos oriundos do Labjus;
- Atualização e criação de novos manuais e desenhos da Assessoria de Planejamento para o Portal da Estratégia;
- Mapeamento indireto e relatório do Núcleo Psicossocial realizado em atividade conjunta desenvolvida pelo Grupo de Pesquisas Judiciais;
- Adequação da Portaria do Escritório de Processos;
- Mapeamento em atividade conjunta com a Secretaria de Tecnologia da Informação do Sistema SEFIN;
- Realização de pesquisa e elaboração de relatórios sobre Mandados e Analistas Judiciários Externos executada em conjunto com o Grupo de Pesquisas Judiciais;



Comissão Gestora do Plano de Ingestão de Serviços
 Coordenadoria do Ensino Sustentável e Acessibilidade
 EJU
 PODER JUDICIÁRIO

Webinário: Responsabilidade Socioambiental, ESG e Sustentabilidade

Delegador: Des. Alexandre Lima Bastos
 Presidente: Dra. Joveliza Alessandra Mendes Tavares

6 de junho
 16h30min.
 Transmissão simultânea pelo Youtube

Profa. Dra. Rosamaria Cox Moura Leite Padgett (UFMS)
 Doutora em Administração pela Universidade de São Paulo (USP), Pós-graduação em Desenvolvimento Local, Sustentável e Responsável Social - Interdisciplinar, Universidade de Huelva/Espanha - Barcelona, França, MBA em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Graduação em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Especialista de Gestão em Sustentabilidade e Gestão Nacional e Internacional, Mestrado e Pós-graduação em Administração - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Negócios, Doutora do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAD) do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCT) - Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Especialista em Educação Superior de América Latina e Caribe (OEA-ALC), Pós-graduação em Sustentabilidade em Gestão, Responsabilidade Social, Diversidade, Sustentabilidade, Sustentabilidade Social, Inclusão, Inclusão de Responsabilidade Socioambiental, Sustentabilidade e Educação Superior.

- Apoio à Coordenadoria da Mulher no desenvolvimento de metodologias de trabalho;
- Realização do webinário “Responsabilidade Socioambiental, ESG e Sustentabilidade” ;
- Visita técnica e compartilhamento de boas práticas na temática socioambiental com o TJDFT;
- Organização e realização da primeira reunião técnica, no ano de 2023, da Comissão Gestora do PLS e da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão;
- Análise e ordenamento material de documentação, solicitando à PMCG o cálculo correto dos débitos referentes à Coleta de Resíduos Sólidos do Fórum de Campo Grande;
- Contratação de empresa para a coleta e destinação de lâmpadas fluorescentes;
- Coordenação do programa "Justiça Consciente" com a distribuição, em 21 de setembro, dia da árvore, de 375 mudas de espécies nativas do cerrado e o plantio, pelo presidente, Des. Sérgio Fernandes Martins, de um exemplar de ipê amarelo,



no jardim de entrada do prédio do TJMS;

- Elaboração e organização, no mês de setembro, do 2º Seminário “O papel dos Sistemas de Justiça no Contexto da Acessibilidade e Inclusão” - em parceria com o TRT da 24ª Região e o MPT;
- Idealização e coordenação do painel de indicadores Ambientais no Portal da Estratégia e disponibilização do conteúdo *on-line*;
- Preenchimento e envio do formulário Cumpridec para o CNJ;
- Estudo, elaboração e encaminhamento de documentação para cadastro de Grandes Geradores dos prédios do TJMS, Fórum de Campo Grande e Cijus;
- Preparação e divulgação de materiais no Portal da Estratégia a respeito dos temas “Sustentabilidade” e “Acessibilidade”;
- Atualização e encaminhamento

periódico de indicadores de sustentabilidade ao CNJ;

- Cálculo e publicação da lotação de pessoal das unidades judiciárias (priorização do 1º Grau);
- Criação de 9 painéis estatísticos de saneamento da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (Datajud);
- Atualização da tabela movimentos do SAJ evitando erros na base de dados do Datajud;
- Unificação dos diversos painéis estatísticos na página principal da Área restrita;
- Criação do cálculo do Índice de Eficiência da Unidade Judiciária, em atendimento ao contrato de Gestão da Assessoria de Planejamento.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

AGENDA DO PRESIDENTE



Visita institucional do Diretor Adjunto da FGV Carlos Augusto Costa

MAIO

03/05	Visita institucional do Diretor Adjunto da FGV, Carlos Augusto Costa
04/05	Sessão solene de posse dos novos Procuradores do Município de Campo Grande
08/05	Lançamento do Programa MS Saúde
09/05	Visita institucional do presidente da Associação dos Escrivães de Chefes de Cartório do Mato Grosso do Sul, Aleixo Froes, e 10 escrivães e Chefes de Cartório
10/05	Visita institucional do Coronel Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, Frederico Reis Pouso Salas
11/05	Evento “Etapa I – Planejamento para uma Gestão de Integração e Ações já realizadas”

15/05	Visita institucional do reitor da UFMS, professor Marcelo Augusto Santos Turine
22/05	Gabinete de Integração: visita técnica no município de Juti
22/05	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Naviraí
23/05	Gabinete de Integração: visita técnica na comarca de Angélica
23/05	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Nova Andradina
25/05	Visita institucional na Corte Suprema de Justiça do Paraguai. Audiência com o Presidente da Corte, Ministro César Manuel Diesel Junghanns
29/05	Visita institucional do Arcebispo da Arquidiocese de Campo Grande, Dom Dimas Lara Barbosa
30/05	Visita institucional do Vice-Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, José Carlos Barbosa
31/05	Simpósio de Regularização Fundiária pelo Programa Lar Legal do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul



Evento "Etapa I



Visita institucional do Cel. Comandante-Geral do CBMde MSI, Frederico Reis Pousou Sales



Posse dos novos Procuradores de Campo Grande



Gabinete de Integração: 1ª edição na comarca de Nova Andradina



Gab. de Integração: 1ª edição na comarca de Naviraí



Visita institucional na CSJ do Paraguai



Simpósio de Regularização Fundiária pelo Programa Lar Legal do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul

JUNHO

01/06	Seminário de Gestão Orçamentária no Poder Judiciário, em Brasília
01/06	Reunião de trabalho com os Órgãos de Segunda Instância do Poder Judiciário, em Brasília
05/06	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Aparecida do Taboado
05/06	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Paranaíba
06/06	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Cassilândia
06/06	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Chapadão do Sul
07/06	Audiência com o presidente do Sindicato Rural, Alessandro Coelho
12/06	Visita institucional à presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Desa. Federal Marisa Santos
12/06	Visita institucional ao presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Des. Ricardo Anafe
15/06	Audiência com o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel
16/06	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Maracaju
16/06	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Sidrolândia
19/06	Gabinete de Integração: primeira edição no Arquivo Geral e Judicial Centralizado
20/06	Audiência com o Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, Pedro Arlei Caravina
22/06	Abertura do 3º Encontro de Inovação Tecnológica do Agronegócio de Mato Grosso do Sul
23/06	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Rio Brillante
23/06	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Nova Alvorada do Sul
27/06	Abertura da amostra pública “Expocientista: Cientistas Brasileiros e suas Descobertas - Cultura e Arte para todos”

29/06	Gabinete de Integração no Fórum de Campo Grande
29/06	Abertura do Curso “Fortalecimento da Relação Interinstitucional do Judiciário com a Sociedade” para Magistrados
29/06	Arraial do Tribunal de Justiça
30/06	Assinatura dos atos que dizem respeito à Advocacia na reunião mensal do Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso do Sul
30/06	Prova discursiva do Concurso da Magistratura

JULHO

04/07	Solenidade da entrega de diplomas do Curso de Brigada de Incêndio das Edificações do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul
05/07	VII Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, em Porto Alegre/RS
10/07	Assinaturas dos Termos de Cooperação entre as escolas do TCE, ALMS, MP, Defensoria e Escola de Governo
10/07	Reunião com presidentes da Associação dos Magistrados de MS, da Associação dos Juizes Federais de MS e da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho
12/07	Visita ao Data Center do Ministério Público de Mato Grosso do Sul
14/07	Audiência com os prefeitos de Figueirão e Pedro Gomes
17/07	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Miranda
17/07	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Aquidauana
21/07	Programa “Conheça o seu Exército”, em Corumbá
24/07	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Bandeirantes
24/07	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Camapuã
25/07	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Costa Rica
25/07	Gabinete de Integração: primeira edição na unidade de apoio à justiça de Paraíso das Águas
26/07	Auditoria integrada do ISO 9001:2015 e ISO 37001:2017



Gab. de Integração:1º ed. Aparecida do Taboado



Gab. de Integração:1º ed. Paranaíba



Visita institucional ao presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Des. Ricardo Anafe



Arraial do Tribunal de Justiça



Gabinete de Integração no Fórum de Campo Grande



Revalidação dos ISOs do TJMS



Gabinete de Integração: 1ª ed. Terenos



Gabinete de Integração: 1ª ed. Dois Irmãos do Buriti



Abertura da Inspeção Ordinária no TJMS pela Corregedoria do CNJ



2º Seminário Sul-Mato-Grossense de Direito Administrativo

27/07	Sessão pública de proclamação e divulgação do resultado do Concurso Extrajudicial
28/07	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Terenos
28/07	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Dois Irmãos do Buriti
31/07	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Pedro Gomes
31/07	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Sonora

AGOSTO

01/08	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Rio Verde de MT
01/08	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de São Gabriel do Oeste
02/08	Audiência com o Secretário Executivo do Ministério dos Povos Indígenas, Eloy Terena
03/08	Sessão solene de posse de Cristiano Zanin Martins como Ministro do STF
07/08	Sessão de abertura da Inspeção Ordinária no TJMS pela Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça
15/08	Reunião em São Paulo com os presidentes do TJSP, TJAC, TJAL, TJAM e TJCE
16/08	6ª edição do curso xTech Legal em São Paulo
21/08	2º Seminário Sul-Mato-Grossense de Direito Administrativo
23/08	Abertura do Festival de Inverno de Bonito
24/08	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Bonito
24/08	Gabinete de Integração: visita técnica no município de Bodoquena
25/08	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Jardim
25/08	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Nioaque
28/08	Reunião preparatória para o 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Brasília

SETEMBRO

04/09	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Ribas do Rio Pardo
04/09	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Água Clara
06/09	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Coronel Sapucaia
06/09	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Amambai
07/09	Desfile cívico-militar em Ponta Porã: Des. Sérgio Martins Sobrinho patrono da fanfarra da Escola Manoel Martins
11/09	Abertura das atividades do Juizado Especial Federal Itinerante Indígena em Aquidauana
11/09	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Anastácio
13/09	Lançamento oficial da Corrida dos Poderes
18/09	Reunião com o Secretário de Saúde Maurício Simões, e a Procuradora-Geral do Estado, Ana Carolina Ali Garcia
21/09	Abertura do curso de juízes na Ejud-MS com a presença do Ministro Rogério Schietti
22/09	2º Seminário “O Papel dos Sistemas de Justiça Sul-Mato-Grossenses no Contexto da Acessibilidade e Inclusão”
22/09	Cerimônia de Vitaliciamento dos Juízes aprovados no 32º Concurso da Magistratura
25/09	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Deodópolis
26/09	Reunião com o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso
28/09	Sessão solene de posse do Presidente do STF e CNJ, Min. Luís Roberto Barroso, e do seu Vice-Presidente do STF e CNJ, Min. Edson Fachin



Abertura do Festival de Inverno de Bonito



Gabinete de Integração: 1ª ed. Bonito



Desfile cívico-militar em Ponta Porã: Des. Sérgio Martins Sobrinho patrono da fanfara da Escola Manoel Martins



Lançamento oficial da Corrida dos Poderes



Reunião com Ministro do STF, Luís Roberto Barroso



Solenidade de abertura do 1º Congresso dos Municípios de Mato Grosso do Sul



II Encontro Nacional dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário, em Bonito



Audiência com a Corregedora-Geral da Defensoria Pública, Salete de Fátima do Nascimento



Gabinete de Integração: 1ª Ivinhema



Gabinete de Integração: 1ª Glória de Dourados

OUTUBRO

03/10	Solenidade de abertura do 1º Congresso dos Municípios de Mato Grosso do Sul
04/10	II Encontro Nacional dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário, em Bonito
09/10	Audiência com a Corregedora-Geral da Defensoria Pública, Salete de Fátima do Nascimento
19/10	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Ivinhema
19/10	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Glória de Dourados
20/10	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Fátima do Sul
20/10	Visita à Carreta da Justiça no distrito de Culturama
20/10	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Caarapó
23/10	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Itaquiraí
23/10	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Itaporã
26/10	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Porto Murtinho
26/10	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Bela Vista



Gabinete de Integração: 1ª Caarapó

NOVEMBRO

06/11	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Mundo Novo
06/11	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Eldorado
07/11	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Sete Quedas
07/11	Gabinete de Integração: visita técnica no município de Tacuru
07/11	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Iguatemi
08/11	VIII Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, em Manaus/AM
13/11	Lançamento do Cejusc Saúde no Seminário Judicialização da Saúde
14/11	Visita dos Ministros Artur Vidigal de Oliveira e Leonardo Puntel, do Superior Tribunal Militar
16/11	Solenidade alusiva ao Bicentenário de Nascimento do Tenente Antônio João
17/11	Assinatura da Ordem de Serviço para a construção do novo Fórum de Maracaju
21/11	Cerimônia de Premiação do Prêmio de Inovação Justiça Exponencial 2023
29/11	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Inocência
29/11	Gabinete de Integração: visita técnica no município de Selvíria



Visita à Carreta da Justiça no distrito de Culturama

DEZEMBRO

11/12	Visita Técnica a Ponto de Inclusão Digital e ao atendimento da Carreta da Justiça na cidade de Aral Moreira-MS
11/12	Gabinete de Integração: segunda edição na comarca de Angélica, com entrega das novas instalações do fórum
14/12	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Brasilândia
14/12	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Bataguassu
15/12	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Anaurilândia
15/12	Gabinete de Integração: primeira edição na comarca de Batayporã

100% das Comarcas

Com a agenda de dezembro de 2023 cumprida, a administração do Biênio 2023-2024, presidida pelo Des. Sérgio Fernandes Martins, por meio dos Gabinetes de Integração, percorreu 100% das comarcas do estado, promovendo a aproximação do Poder Judiciário em diversos níveis, levando melhorias e infraestrutura, ouvindo pessoas e resolvendo, sempre que possível, as necessidades e reivindicações.



VIII Encontro do CONSEPRE, em Manaus/AM



Gabinete de Integração: 1ª Fátima do Sul



Visita dos Ministros Artur Vidigal de Oliveira e Leonardo Puntel, do Superior Tribunal Militar



Solenidade alusiva ao Bicentenário de Nascimento do Tenente Antônio João



Com fogos e canções que emocionaram a todos que compareceram para prestigiar a edição 2023 da Cantata de Natal, o Tribunal de Justiça de MS abriu novamente as portas do Palácio da Justiça, do Fórum de Campo Grande e do Cijus, para oferecer um grande espetáculo de Natal. Tudo foi preparado para resultar em três noites de alegria e esperança.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Conclusão dos pedidos de teletrabalho

Em cumprimento ao disposto na Resolução CNJ nº 481, de 22 de novembro de 2022 e aos termos da Portaria TJMS nº 2.580, de 7 de fevereiro de 2023, a atual Administração encerrou a análise de todos os pedidos de teletrabalho autuados pela Secretaria de Gestão de Pessoas. A conclusão dos trabalhos deu-se em 31 de julho, antecedendo ao período de inspeção do Conselho Nacional de Justiça no TJMS. Relatório atualizado (data-base 05/10/2023): total de 345 servidores em teletrabalho, sendo: 5,61% nas Secretarias; 18,42% nos Gabinetes de 2º Grau; 22,36% na CPE; 1,37% nas comarcas do Estado e 23,16% nos Gabinetes de 1º Grau. Em resumo, o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul possui 90,20% do seu quadro funcional trabalhando presencialmente e somente 9,80% em regime de teletrabalho.



345_(9,80%)

Servidores em Teletrabalho

5,61%

Secretarias

18,42%

Gabinetes de
2º Grau

22,36%

CPE

1,37%

Comarcas

23,16%

Gabinetes de 1º Grau

Autorização para realização do X Concurso para Provimento de Cargos das carreiras de Analista Judiciário (área fim e área meio) e Técnico de Nível Superior

Considerando o término da vigência do VIII Concurso Público de Servidores e do iminente encerramento da lista de candidatos aprovados no IX Concurso Público, foi autorizado o início dos procedimentos para a realização do X Concurso Público para provimento de Cargos das carreiras de Analista Judiciário (área fim e área meio) e Técnico de Nível Superior da Estrutura Funcional do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. Constituição da Banca Examinadora (Portaria TJMS nº 2.738, de 19 de julho de 2023) e contratação da Fundação Getúlio Vargas – FGV (Autos nº 161.121.0001/2023) para o planejamento, organização e execução do certame, com homologação do concurso prevista para ocorrer dentro de 172 dias, contados a partir da data de assinatura do contrato.



Reajuste de valores Assistência Médico-Social

Reajuste do valor da Assistência Médico-Social concedida aos servidores inativos e pensionistas, passando de R\$ 1.000,00 (mil reais) para R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais) – Portaria nº 2.761, de 21 de agosto de 2023.

Reajuste valores Auxílio-Alimentação

Reajuste do valor do Auxílio-Alimentação concedido aos servidores ativos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, passando de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para R\$ 2.000,00 (dois mil reais) – Portaria nº 2.718, de 15 de junho de 2023.

Regulamentação do Auxílio-Transporte

Regulamentação do pagamento do auxílio-transporte para os servidores ativos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, no valor mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais) – Portaria nº 2.763, de 24 de agosto de 2023.

Indenização de férias

Pagamento de indenização de férias não usufruídas por necessidade de serviço aos servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, na forma do art. 113, da Lei nº 3.310/2006, conforme critérios estabelecidos na Portaria nº 2.649, de 16 de maio de 2023. Processo finalizado com 145 pedidos de indenização, protocolizados por servidores que, até o dia 07/06/2023, possuíam acumulados pelo menos três períodos aquisitivos integrais. A indenização de 30 dias de férias desses servidores foi providenciada em três parcelas, processada nos meses de setembro, outubro e novembro.

Revisão do Plano de Cargos e Carreiras do Quadro de Pessoal

Proposta de revisão do Plano de Cargos e Carreiras do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, a partir da readequação da tabela de referência dos servidores efetivos, com alteração dos percentuais da progressão funcional e criação de mais um nível de referência.

Reestruturação funcional dos Núcleos Psicossociais

Ampliação do quadro de Assistente Social e Psicólogo nos Núcleos Psicossociais das comarcas que atuam como sede de circunscrição, a partir da criação de 24 novos cargos de Técnico de Nível Superior, sendo: 12 na Especialidade Psicologia – Ocupação Psicólogo e 12 na Especialidade Assistência Social – Ocupação Assistente Social. A partir dessa reestruturação, cada uma das 12 comarcas que atuam como sede de circunscrição (Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas, Aquidauana, Ponta Porã, Nova Andradina, Naviraí, Coxim, Paranaíba, Jardim e Maracaju) passará a contar com mais 1 Assistente Social e 1 Psicólogo nos Núcleos Psicossociais.

Recomposição do quadro funcional dos cartórios judiciais

Recomposição do quadro funcional dos cartórios judiciais de primeira instância, que se encontravam com o quantitativo de servidores abaixo do limite estabelecido pelo Provimento nº 618/2023. Dessa forma, hoje, 53 comarcas estão com o quadro funcional dos cartórios judiciais completo, ou seja, com no mínimo 1 Chefe de Cartório e 2 Analistas Judiciários.

Processo Seletivo de Estagiários

Realização do Processo Seletivo de Estagiários para as áreas de Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, Direito, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, História, Serviço Social e Tecnologia da Informação.



Programa de Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

Realização das Campanhas Setembro Amarelo (conscientização e prevenção do suicídio), Outubro Rosa (conscientização acerca da prevenção do câncer de mama e do colo do útero) e Novembro Azul (conscientização acerca da prevenção do câncer de próstata) pelo Departamento de Acompanhamento, Avaliação e Desenvolvimento de Pessoas da SGP.

AUDITORIA INTERNA

Os trabalhos realizados pela Auditoria Interna são norteados pelo Plano Anual de Auditoria (PAA) do exercício 2023, aprovado pelo Presidente do Tribunal, conforme determina a Resolução CNJ nº 309/2020 e a Portaria TJMS nº 2.000/2021.

Auditorias

No Plano Anual de Auditoria Interna do TJMS de 2023, foram previstas nove ações de auditoria; parecer sobre a prestação de contas do PJMS; e monitoramentos das recomendações dos anos de 2021/2022.

Entregas/Objetos	Objetivos	Período (início/término)	Situação em 19/10/2023
Auditoria para avaliar a atuação da unidade de sustentabilidade Área Auditada: Assessoria de Planejamento	Verificar a aplicação da Resolução CNJ nº 400/2021	Março/Maio	Finalizada
Auditoria para avaliar os termos de referência, editais, contratos e planilhas de custo dos serviços com utilização de mão de obra terceirizada com dedicação exclusiva. Área Auditada: Secretaria de Bens e Serviços, Secretaria de Obras e Secretaria de Tecnologia da Informação	Avaliar se o termo de referência, a minuta de edital, minuta de contrato e minuta da planilha de custos e formação de preços correspondem às regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito do PJMS	Abril/Maio	Finalizada



Entregas/Objetos	Objetivos	Período (início/término)	Situação em 19/10/2023
<p>Relatório de procedimento de controle interno - CUMPRIDE CNJ</p> <p>Área Auditada: Secretaria de Tecnologia da Informação</p>	<p>Analisar a regularidade, eficiência e economicidade, o grau de dependência tecnológica, bem como os riscos e medidas de mitigação do contrato n. 01.085/2020.</p>	<p>Maio/ Julho</p>	<p>Finalizado</p>
<p>Ação Coordenada de Auditoria com CNJ:</p> <p>Política contra Assédio e Discriminação</p> <p>Área Auditada: Secretaria do Tribunal de Justiça.</p>	<p>Avaliar a aderência da política judiciária de prevenção e enfrentamento do assédio sexual e da discriminação nos tribunais do Poder Judiciário.</p>	<p>Junho/ Agosto</p>	<p>Finalizada</p>
<p>Auditoria para avaliar a transparência institucional do PJMS.</p> <p>Área Auditada: Secretaria do Tribunal de Justiça.</p>	<p>Avaliar se a disponibilização de informações no Portal do Tribunal de Justiça atende aos requisitos legais e de boas práticas de transparência pública, incluindo linguagem clara e de fácil compreensão ao público em geral.</p>	<p>Abril/ Agosto</p>	<p>Finalizada</p>

Monitoramentos

Os monitoramentos das recomendações encaminhadas pela Auditoria Interna previstos para o ano de 2023 correspondem às auditorias passíveis de acompanhamentos, realizadas nos exercícios de 2021 e 2022.

Entregas	Período (início/ término)	Situação em 11/04/2023
Segundo monitoramento da auditoria de avaliação nos procedimentos adotados no registro e controle dos bens de consumo do estoque de obras	Junho	Finalizado
Monitoramento da auditoria de avaliação dos saldos contábeis com adiantamentos concedidos de diárias e de controles dos contratos a executar da UG FUNJECC	Junho	Finalizado

SECRETARIA DA MAGISTRATURA

Realização das fases do 33º Concurso Público para Juiz Substituto

Atividades relativas ao certame:

- Edital nº 04/2023: Gabaritos Oficiais Preliminares das Provas Objetivas.
- Edital nº 05/2023: De eliminação de candidato.
- Edital nº 06/2023: Do Resultado de Julgamento dos Recursos, do Gabarito Definitivo e do Resultado Preliminar da Provas Objetiva Seletiva.
- Edital nº 07/2023: De Convocação para as Provas da Segunda Etapa.
- Edital nº 08/2023: Do Resultado Definitivo após o julgamento dos recursos contra o resultado da Prova Objetiva Seletiva.
- Edital nº 09/2023: De Convocação de candidato.
- Edital nº 10/2023: De Convocação para Sessão Pública de Identificação e Divulgação



- das Notas da Primeira Prova Escrita – Prova Discursiva.
- Edital nº 11/2023: De Divulgação do Resultado Preliminar da Primeira Prova Escrita – Prova Discursiva.
- Edital nº 12/2023: De Convocação para Sessão Pública de Divulgação do Resultado de julgamento dos recursos interpostos contra as notas da primeira Prova Escrita – Prova Discursiva.
- Edital nº 13/2023: De Divulgação do Resultado Definitivo da primeira Prova Escrita – Prova Discursiva.
- Convocação para Sessão pública de identificação e



- divulgação de notas das Provas Práticas (Sentenças Criminal e Cível): Novembro de 2023.
- Divulgação do Resultado preliminar dos aprovados nas Provas Práticas e abertura de prazo para interposição de recursos: Novembro de 2023.
- Convocação para Sessão Pública para divulgação do resultado de julgamento dos recursos das Provas Práticas (Sentenças Criminal e Cível): Dezembro de 2023.
- Divulgação do Resultado Definitivo das Provas Práticas (Sentenças Criminal e Cível): Dezembro de 2023.
- Foram realizadas cinco sessões do Conselho Superior da Magistratura, sendo uma extraordinária em 9 de maio, e as demais ordinárias em 30 de maio; 12 de julho; 22 de agosto; 2 de outubro; 31 de outubro; 28 de novembro e 12 de dezembro.

Provimentos expedidos pelo Conselho Superior da Magistratura

Quant.	N. Provimento	Assunto
1	609	Modifica o Provimento nº 461, de 21 de outubro de 2019, que regulamenta o Sistema Eletrônico de Execução Unificada-SEEU no âmbito do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.
2	610	Modifica o Provimento nº 561, de 9 de novembro de 2021, que regulamenta a criação de Unidades de Apoio à Justiça no âmbito do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.
3	611	Altera dispositivos do Provimento-CSM nº 113, de 4 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a escala de substituições ordinárias das comarcas e juízes de 1ª Instância.
4	612	Autoriza o Presidente do Tribunal de Justiça a designar data para a instalação da 2ª Vara da comarca de Ribas do Rio Pardo, determinando os procedimentos necessários, e dá outras providências.
5	613	Designa data para o início da aplicação da Resolução nº 288, de 3 de maio de 2023.



Provimentos expedidos pelo Conselho Superior da Magistratura

Quant.	N. Provimento	Assunto
6	614	Regulamenta o artigo 244-B do CODJ – Código de Organização e Divisão Judiciárias.
7	615	Aprova o Instrumento de Alinhamento Procedimental da Competência Cível – IAP CIV entre o Departamento Judiciário Cível de Primeiro Grau, pertencente à Secretaria Judiciária de Primeiro Grau – Central de Processamento Eletrônico (CPE), e as comarcas de Mato Grosso do Sul.
8	616	Aprova o Instrumento de Alinhamento Procedimental dos Juizados Especiais – IAPJE entre o Departamento Judiciário dos Juizados Especiais de Primeiro Grau, pertencente à Secretaria Judiciária de Primeiro Grau – Central de Processamento Eletrônico (CPE), e as comarcas de Mato Grosso do Sul.
9	617	Instituir o juiz de cooperação para fins do Programa Lar Legal MS, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.
10	618	Modifica o Provimento nº 141, de 16 de janeiro de 2008, que estabelece o quantitativo de servidores para a estrutura de pessoal das comarcas e dos cartórios judiciais de primeira instância no âmbito do Poder Judiciário Estadual.

Provimentos expedidos pelo Conselho Superior da Magistratura

Quant.	N. Provimento	Assunto
11	619	Modifica dispositivo do Provimento nº 542, de 18 de maio de 2021, que regulamenta a criação do Centro de Inteligência da Justiça Estadual de Mato Grosso do Sul (CIJEMS).
12	620	Extingue a delegação e declara vago o Serviço Notarial, de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil das Jurídicas e Tabelionato de Protesto de Títulos de Rio Verde de Mato Grosso.
13	621	Dispõe sobre a anexação do Juizado Especial Adjunto Cível e Criminal da comarca de Ribas do Rio Pardo.
14	622	Modifica o Provimento nº 404, de 6 de março de 2018, que regulamenta o procedimento do Depoimento Especial no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.
15	623	Modifica o Provimento nº 244, de 18 de outubro de 2011, que criou a Coordenadoria Estadual da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.
16	624	Modifica o Provimento nº 488, de 4 de agosto de 2020, que dispõe sobre o Programa Lar Legal MS, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.
17	625	Altera dispositivos do Provimento-CSM nº 113, de 4 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a escala de substituições ordinárias das comarcas e juizes de 1ª Instância.
18	626	Dispõe sobre a XVIII Semana Nacional de Conciliação - edição 2023 – no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

5 Sessões Ordinárias/Extraordinária realizadas pelo Conselho Superior da Magistratura, com a quantidade a seguir de decisões proferidas pelo colegiado:

Recursos Administrativos	55
Processos Administrativos Diversos	21
Referendos de Acolhimento de Declarações de Suspeição	158
Processos de Averbação de Tempo de Serviço	4
Processos de Anotações em Ficha Funcional	17
Processos de Autorizações Diversas	17
Processos de Remoção/Promoção de Magistrados	11

Foram realizadas as seguintes movimentações na carreira da magistratura estadual, por meio da abertura dos Editais dos Concursos de Promoção/Remoção para o acesso ao Segundo Grau, Entrância Especial e Primeira Entrância do Estado de Mato Grosso do Sul, e julgamento dos aludidos processos no Tribunal Pleno e Órgão Especial desta Corte de Justiça:

Concursos de Promoção/Remoção		
Primeira Entrância		
Critério	Vara	Magistrado Promovido
Antiguidade	Itaquiraí	Dra. Larissa Ribeiro Fiuza, Juíza Substituta do Estado de Mato Grosso do Sul, em 4/5/2023
Merecimento	Coronel Sapucaia	Dra. Mayara Luiza Schaefer Lermen, Juíza Substituta do Estado de Mato Grosso do Sul, em 14/6/2023
Antiguidade	Rio Negro	Dr. Bruce Henrique dos Santos Bueno Silva, Juiz Substituto do Estado de Mato Grosso do Sul, em 22/6/2023
Merecimento	Anaurilândia	Dr. Rafael Condé Tostes, Juiz Substituto do Estado de Mato Grosso do Sul, em 7/8/2023
Antiguidade	Angélica	Dra. Lídia Geanne Ferreira e Cândido, Juíza Substituta do Estado de Mato Grosso do Sul, em 25/9/2023
Merecimento	Água Clara	Dr. Cesar David Maudonnet, Juiz Substituto do Estado de Mato Grosso do Sul, em 18/10/2023

Entrância Especial

Critério	Vara	Magistrada Promovida
Antiguidade	3ª Vara de Fazenda Pública e Registros Públicos da comarca de Campo Grande	Dra. Cintia Xavier Letteriello, Juíza de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da comarca de Campo Grande, em 20/7/2023
Merecimento	2ª Vara de Família e Sucessões da comarca de Campo Grande	Dra. Liliana de Oliveira Monteiro, Juíza de Direito Auxiliar da Capital

Cargo de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau

Critério	Cargo	Magistrado Promovido
Merecimento	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	Dr. Fernando Paes de Campos, Juiz de Direito da 3ª Vara de Fazenda Pública e Registros Públicos da comarca de Campo Grande, em 22/6/2023

Cargo de Desembargador

Critério	Cargo	Magistrado Promovido
Merecimento	Desembargador	Dr. Fernando Paes de Campos, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, em 22/11/2023

Designações de Magistrados

Função	Magistrados
Juiz de Cooperação Programa Lar Legal MS	<ul style="list-style-type: none"> • Dr. Mauro Nering Karloh, Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da comarca de Campo Grande
Administração das Casas de Acolhimento de Menores	<ul style="list-style-type: none"> • Dr. Diogo de Freitas, da 1ª Vara Cível de Amambai • Dr. Giuliano Máximo Martins, da 1ª Vara Cível de Aquidauana • Dra. Tatiana Dias de Oliveira Said, da 2ª Vara Cível de Coxim • Dr. Eduardo Lacerda Trevisan, da 2ª Vara Cível de Naviraí • Dr. Plácido de Souza Neto, da 2ª Vara Cível de Paranaíba

<p>Coordenadoria de Audiência de Custódia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dr. Albino Coimbra Neto • Dr. Alexandre Antunes da Silva • Dr. Aluizio Pereira dos Santos • Dr. Carlos Alberto Garcete de Almeida • Dra. Eliane de Freitas Lima Vicente • Dra. Eucélia Moreira Cassal • Dr. Francisco Vieira de Andrade Neto • Dr. Luiz Felipe Medeiros Vieira • Dra. May Melke Amaral Penteado Siravegna • Dr. Valter Tadeu Carvalho, para comporem a Coordenadoria de Audiência de Custódia
---	--

Vitaliciamentos

Sessão Ordinária do Órgão Especial realizada aos 20 de setembro de
2023

Dr^a Laísa de Oliveira Ferneda Marcolini

Dr. Thiago Notari Bertoncello

Dr.^a Larissa Ribeiro Fiuza

Dr. Bruce Henrique dos Santos Bueno Silva

Dr^a Mayara Luiza Schaefer Lermen

Dr. Rafael Condé Tostes

Dr^a Lídia Geanne Ferreira e Cândido

Dr. Cesar David Maudonnet

Dr. Eduardo Augusto Alves

Dr. Ricardo Adelino Suaid

Dr^a Fernanda Giacobbo

Dr^a Camila Neves Porciúncula

SECRETARIA JUDICIÁRIA



Termos de
Correção

475

em relação aos 67.827
processos distribuídos

Processos
distribuídos

97,71%

processos originários e
vindos do primeiro grau
distribuídos em até três
dias úteis.

Expedição de
Ofícios

98,84%

expedidos em até dois
dias úteis

Certificação de
decurso de prazo

98,56%

realizada no dia seguinte
ao vencimento

Lavratura de Acórdãos

99,58%

dos acórdãos unânimes e por
maioria, em até três dias úteis

Certificação de Trânsito em Julgado

100%

Certificado no dia seguinte ao trânsito em
julgado

Julgamentos Virtuais

99,65%

O preenchimento, no que se refere a
parte cartorária, das decisões judiciais
do julgamento virtual foi realizado em
até dois dias úteis



A Secretaria Judiciária atingiu os seguintes índices de desempenho no período de maio a outubro de 2023, em relação às ações planejadas e acordadas no Contrato de Gestão, para aprimoramento da qualidade e celeridade no cumprimento da prestação dos serviços.

- Como resultado do aprimoramento da qualidade da prestação do serviço de autuação foram expedidos 0,70% de termos de correção, ou seja, 475 termos de correção, em relação aos 67.827 processos distribuídos, sendo que a meta estabelecida era expedir no máximo 3% de termos de correção, em relação ao volume de processos distribuídos.

- Como resultado do compromisso com a celeridade no cumprimento de atos judiciais, relacionados:

a) à distribuição de processos originários e vindos do primeiro grau foram distribuídos 97,71% dos processos em até três dias úteis, ultrapassando a meta estabelecida de 97%;

b) à expedição de ofícios e outros documentos foram cumpridos 98,84% dos processos em até dois dias úteis, ultrapassando a meta estabelecida de 98%;

c) à certificação de decurso de prazo foi realizada em 98,56% dos processos no dia seguinte ao vencimento, ultrapassando a meta estabelecida de 98%;



d) à lavratura de acórdãos, após as sessões de julgamento presencial, foi realizada em 99,58% dos acórdãos unânimes e por maioria, em até três dias úteis, ultrapassando a meta estabelecida de 97%;

e) ao preenchimento, no que se refere a parte cartorária, das decisões judiciais do julgamento virtual foi realizado em 99,65% dos processos em até dois dias úteis, ultrapassando a meta estabelecida de 98%;

f) à certificação de trânsito em julgado foi realizada em 100% dos processos, no dia seguinte ao trânsito em julgado, ultrapassando a meta estabelecida de 98%.

- Foram adquiridos 72 novos microfones de mesas, do tipo *gooseneck*, para substituir os antigos microfones instalados nas bancadas dos Plenários Cível, Criminal, Órgão Especial e Plenarinho, que apresentavam ruídos e dificultavam a captação do som nas sessões de julgamento, para modernizar e melhorar a qualidade da prestação dos serviços nas sessões de julgamento.
- Com o objetivo de incrementar a Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário de MS, foram realizados dois lotes de

Descarte de Processos Físicos Arquivados, um em 14 de julho e outro em 10 de outubro, os quais totalizaram 14 toneladas, sendo que a meta prevista para cada lote de descarte era 5 toneladas.

- No dia 19 de junho, durante o Gabinete de Integração no Arquivo Geral e Judicial Centralizado, o presidente do TJ, Des. Sérgio Fernandes Martins, assinou autorização para digitalização de processos dos arquivos do Poder Judiciário de MS e posterior descarte ecológico.





- No mesmo evento foi assinado Termo de Cooperação Mútua entre o TJMS, a Secretaria de Estado de Educação (SED/MS) e a Academia Sul-mato-grossense de Letras (ASL) que resultou no “Projeto Memórias do Judiciário nas Escolas”, com o objetivo de apresentar aos estudantes do ensino médio da rede estadual a história da justiça sul-mato-grossense, por meio de processos históricos, palestras e visitas ao TJMS e ao Museu do Poder Judiciário de MS. Foram realizadas palestras em oito escolas estaduais: seis de Campo Grande, uma de Paranaíba e uma de Corumbá.
- Ainda como resultado do “Projeto Memórias do Judiciário nas Escolas”, foram realizadas visitas ao TJMS e ao Museu do PJMS, por alunos de quatro escolas estaduais da capital.
- Projeto Expocientista, no período de 27/06 a 06/07/2023., O TJMS, em parceria com a UFMS, sediou a Expocientista: Cientistas Brasileiros e suas Descobertas - Cultura e Arte para todos, uma mostra pública com desenhos manuais e digitais, produzidos por alunos da educação básica da rede pública sul-mato-grossense, com o objetivo de prestigiar, incentivar e contribuir na divulgação do trabalho de artistas sul-mato-grossenses e mostrar a toda sociedade os renomados cientistas.

- Foi criado o projeto Visita Virtual ao Museu do PJMS, disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=h9GQNYWcoKM>, que tem por objetivo preservar e valorizar a história da justiça sul-mato-grossense, utilizando ferramentas tecnológicas que permitem aos usuários conexões com o passado, o presente e o futuro.
- I Encontro Literário do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, em homenagem ao “Dia do Servidor”, realizado no período de 27/10 a 10/11, no TJMS, destinado a servidores ativos e aposentados do Poder Judiciário de MS, com o objetivo de promover ações para a difusão cultural da memória do Poder Judiciário.



Ações e entregas da SJPG:

- Elaboradas e publicadas no Diário da Justiça as minutas do que veio a se denominar de IAPs (Instrumentos de Alinhamento Procedimentais) do Departamento Judiciário dos Juizados Especiais de Primeiro Grau, do Departamento Judiciário Cível de Primeiro Grau, do Departamento Judiciário Criminal de Primeiro Grau e do Departamento de Apoio Judicial de Primeiro Grau.
- Juntamente com a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) foi configurado o sistema e-SIC para criação do canal CPE Atende, ferramenta na qual os advogados, membros do Ministério Público, Defensoria Pública e Procuradorias possam entrar em contato com a CPE quando houver algum problema no andamento processual ou para requerer agilidade no cumprimento dos atos nos processos que estão em filas de competência dos servidores da CPE.



- O robô SISBAJUD está em pleno funcionamento no Estado inteiro, não só efetuando o bloqueio de valores na conta bancária do executado, como também realizando a modalidade “teimosinha”, que consiste na ordem reiterada de bloqueio pelo tempo delimitado pelo magistrado, além de efetuar o desbloqueio do valor ínfimo determinado em cada processo.
- Foram abertas quatro novas demandas para a equipe da STI configurar robôs para as seguintes ações:



Apresentação do Robô SISBAJUD

1) Configuração do robô (RPA) SISBAJUD - movimentação por vara: alteração dos parâmetros do robô SISBAJUD possibilitando a configuração por vara, quando do encaminhamento (movimentação) do processo pelo robô, tanto nos casos de resultado negativo como positivo.

2) Expansão do robô Edi (editais) para os demais fluxos: ampliação do uso do robô Edi (editais) para todos os fluxos de trabalho da CPE, para envio e certificação de publicação de editais ao Diário de Justiça Eletrônico – DJE.

3) Desenvolvimento de robô (RPA) para pesquisa e juntada de antecedentes criminais: criação de uma solução RPA (robô) para pesquisa de antecedentes criminais nos sistemas SIDII, SINIC e SAJ, bem como para juntada das respectivas certidões nos autos.

4) Desenvolvimento de robô (RPA) para pesquisa de endereços e dados cadastrais: criação de uma solução RPA (robô) para pesquisa de endereços e dados cadastrais nos sistemas conveniados com o TJMS, inicialmente, (i) INFOJUD, (ii) SISBAJUD, (iii) SIEL e (iv) SAJ, bem como para juntada do resultado da consulta nos autos, com objetivo de instrução processual e alimentação de dados no DATAJUD.



SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Ações da STI:

- Desenvolvimento do serviço PIX para pagamento de guias de taxas judiciárias e extrajudiciárias (Projeto da Presidência): uma forma de confirmação de pagamento mais rápida do que o boleto, sendo possível realizar transações 24 horas por dia, durante todos os dias do ano - incluindo fins de semana e feriados.

- PIX - Consulta (Projeto da Corregedoria): a configuração permite que os usuários do portal e-SAJ identifiquem por conta própria a guia de recolhimento judiciária paga via pix e, assim, é possível que estes apresentem os documentos comprobatórios de

pagamento ao Poder Judiciário Estadual exigidos pelo artigo 135 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça.

- Integração com a plataforma CNJ CODEX (Projeto da Presidência e STI): conclusão da integração do sistema SAJ com o CODEX, que é um repositório nacional de dados processuais do CNJ.

- CPE Atende (Projeto da Presidência e CPE): serviço *on-line* disponibilizado no site do TJMS no qual não só os advogados, mas igualmente promotores e defensores públicos, podem se cadastrar e registrar seus pedidos de atendimento, ver os detalhes, acompanhar o status e até cancelá-los, se for o caso.

- Criação do processo de Solicitação e Aquisição de Passagens Aéreas (Projeto da Presidência): por meio de formulário eletrônico disponibilizado na Área restrita do Poder Judiciário de MS.

- Subestabelecimento automático com reserva de poderes (Projeto da STI): possibilidade dos advogados substabelecerem processos do 1º Grau de forma automática, para um ou mais advogados, de acordo com a necessidade, sem que este precise peticionar ou aguardar procedimentos manuais por parte do cartório.

- Publicação automática de Julgamento Virtual Iniciado (Projeto da Presidência): assim que o relator apresenta seu voto aos demais componentes do órgão, o sistema considera o julgamento virtual iniciado, lançando a movimentação nos autos e uma rotina automatizada do SAJ faz a remessa para ser publicada no Diário da Justiça. Essa remessa ao DJ é totalmente automática, sem ação humana.

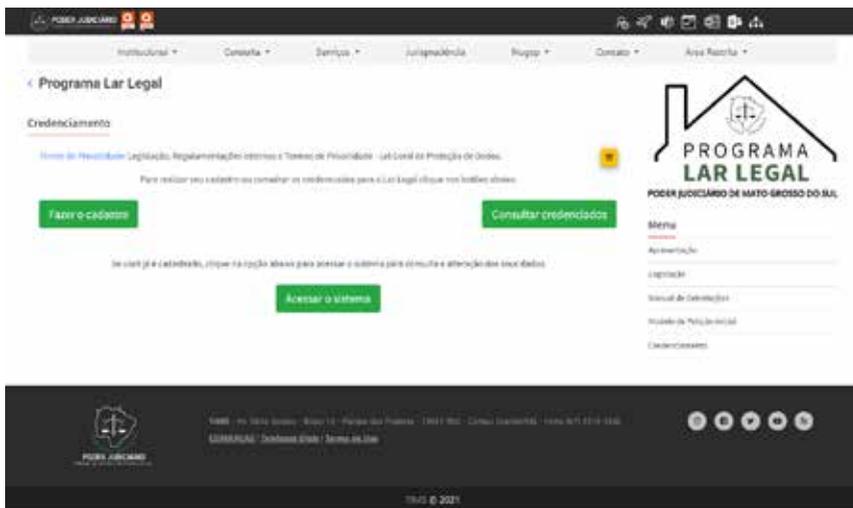
- Computadores Desktops (Projeto da Presidência e STI): substituição de 1.875 computadores utilizados por servidores da Administração, Gabinetes dos Desembargadores, Secretaria Judiciária de Primeiro Grau e Secretaria de Finanças no segundo grau e, nas

comarcas de Dourados, Corumbá, Três Lagoas e Ponta Porã. Além destes, foi realizada a substituição de equipamentos com mais de nove anos de uso.

- Aquisição de mais 3.209 novos computadores desktops (Projeto da Presidência e STI) para substituição dos demais computadores obsoletos do PJMS.

- Expansão do projeto Protetivas on-line para Dourados, Corumbá e Três Lagoas (projeto da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar): disponível no site do Tribunal de Justiça, o “Protetivas *On-line*” permite, de maneira fácil e rápida, que as mulheres que sofrem algum tipo de violência doméstica possam solicitar medidas protetivas pela internet, inclusive, sem a necessidade de um boletim de ocorrência.

- Integração com a AGU (Projeto da Presidência e STI): integração com a AGU via Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) para consulta processual e peticionamento intermediário.



- Sistema de atendimento do Programa Lar Legal (Projeto da Presidência): criação de página do Programa Lar Legal do TJMS, disponibilização de sistema de cadastro de empresas para atuarem no Programa e configuração do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) para o fluxo processual com o assunto/natureza do pedido, de modo que todos os requerimentos de regularização fundiária feitos em todas as comarcas sejam encaminhados diretamente ao Núcleo Lar Legal MS - Juiz Cooperador, no foro de Campo Grande.

- Gravação de audiência (Projeto da STI): criação de um servidor secundário permitindo alta disponibilidade na gravação das audiências.

- Criação do Sistema de Atendimento da Coordenadoria de Atermação do Cijus (Projeto do Conselho de Supervisão dos Juizados): sistema eletrônico de monitoramento e acompanhamento de atendimentos do Cijus que facilita o gerenciamento dos pedidos diversos dos jurisdicionados, com a inserção de dados de todas as demandas solicitadas pelos cidadãos, seus respectivos anda-

mentos e torna possível uma ampla extração de dados estatísticos. Também realiza a emissão de senhas, dispostas em Painel Visual, e vinculação das pessoas ao CPF.

- Sistema de Monitoramento dos Correios (Projeto da STI): monitora os serviços dos Correios, viabilizando a fiscalização ativa do contrato do e-Carta e taxa de efetividade por localidade.

- Integração robotizada com o Sistema SISBAJUD (Projeto da Presidência, CPE e STI): expansão da solução para todo o Estado, com a funcionalidade de protocolo de minuta de bloqueio; cadastro da teimosinha (solicitação de bloqueio reiteradamente); e liberação de bloqueio de “Valor Ínfimo”. O objetivo é automatizar ações realizadas pelos gabinetes de magistrados.

- Disponibilização do Portal de solicitação de medicamentos (projeto do Comitê Estadual do Judiciário para a Saúde): serviço que permite a qualquer cidadão interessado solicitar medicamentos à Justiça por meio do portal de serviços e-SAJ.

- Desenvolvimento do Portal Mulher Conectajus (projeto da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar): as mulheres poderão encontrar informações atualizadas sobre os serviços disponíveis, tais como abrigos, delegacias especializadas, serviços de assistência jurídica e psicológica, e outros recursos que podem ajudá-las a sair da situação de violência.

- Portal Projeto Padrinho (Projeto da Coordenadoria da Infância e da Juventude): atualização do portal com substituição de imagens, atualização de informações e modernização do *layout*.

- Sistema de Busca Ativa para Adoção (Projeto da Coordenadoria da Infância e da Juventude): sistema para cadastro de crianças que estão aguardando adoção, com descrição, fotos e vídeos. O acesso é realizado apenas com CPF e e-mail.

Departamento de Compras e licitações

Processos licitatórios autuados de maio até o dia 19 de outubro

No período foram autuados 34 processos licitatórios, sendo até a data de 19.10.23 homologados 18, cujo valor total estimado foi de R\$ 6.832.743,97, e após licitação o valor homologado foi de R\$ 4.934.733,76, uma redução equivalente a 27,78%.

Compras diretas processadas até 19 de outubro

No período foram processados 105 requerimentos de compras diretas que totalizam o valor de R\$ 17.106.558,57.

Pedidos de utilização de atas de registro de preços processadas até 19 de outubro

Quanto à utilização de atas de registro de preços do TJMS foram processados 42 pedidos, totalizando R\$ 9.073.050,16.

27,78%

de redução em processos licitatórios

R\$ 17.106

em requerimentos de compra direta

R\$ 9.073

em 42 pedidos de atas de registro de preços

Departamento de Serviços

Ampliar os contratos de prestação de serviços de vigilância armada			
Locais	Antes de fevereiro de 2023	Atualmente	Com nova contratação até dezembro
	Vigilantes Armados		
TJMS	15	16	16
Fórum de Campo Grande	16	16	16
Cijus	9	9	11
Dourados	8	8	8
Corumbá	8	8	10
Ponta Porã	7	7	7
Coronel Sapucaia (emergencial)	0	2	2
Amambai	0	0	2
Coxim	0	0	2
Ivinhema	0	0	1
Miranda	0	0	2
Mundo Novo	0	0	2
Naviraí	0	0	2
Paranaíba	0	0	4
São Gabriel do Oeste	0	0	4
Três Lagoas	0	0	5
Secretaria de Bens e Serviços	0	0	2
Total	63	66	96
Percentual de locais atendidos sobre o inicial		14%	71%

Melhorar o sistema de segurança nas unidades administrativas

Iniciativas	Entregas	Prazo
Melhorar o sistema de segurança nas unidades administrativas.	Detectores de metal, esteiras de Raio-X e sistema de videomonitoramento instalados, bem como detectores de metal portáteis distribuídos.	Setembro/2023
	Capacitação dos recursos humanos envolvidos.	Setembro/2023

Considerações:

Detectores de metal, esteiras de Raio-x e sistema de videomonitoramento instalados, bem como detectores de metal portáteis distribuídos.

Prazo: Setembro / 2023 | Situação: 88% dos locais



Locais	Antes de Fevereiro/2023			Atualmente			Com instalação prevista até dezembro		
	Esteiras de Raio X	Pórticos Detectores	Detectores Portáteis	Esteiras de Raio X	Pórticos Detectores	Detectores Portáteis	Esteiras de Raio X	Pórticos Detectores	Detectores Portáteis
TJMS		3	3		3	3		3	3
Ponta Porã		2	2		2	2		2	2
Corumbá				1	2	2	1	2	2
Três Lagoas				1	2	2	1	2	2
Coronel Sapucaia					1	1		1	1
Amambai								1	1
Mundo Novo					1	1		1	1
Paranaíba					2	2		2	2
Naviraí					1		1	1	1
Total	0	5	5	2	14	14	2	15	15
Percentual sobre inicial				100%	150%	150%	100%	200%	200%

Levantamento de custos com equipamentos de segurança para fornecimento em 2023

- Equipamento de Inspeção de Bagagem – R\$ 162.000,00
- Portais magnéticos - detectores de metais – R\$ 308.000,00
- Detectores de metais portáteis – R\$ 8.800,00
- Custo total em 2023 – R\$ 478.800,00
- Capacitação dos recursos humanos envolvidos
- Prazo: Setembro / 2023 Situação:80%

Locais	Antes de fevereiro/2023	Atualmente	Previsão até dezembro
	Pessoas treinadas	Pessoas treinadas	Pessoas treinadas
TJMS	20	20	20
Ponta Porã	10	10	10
Corumbá		10	10
Três Lagoas		4	4
Coronel Sapucaia		4	4
Amambai			4
Mundo Novo		2	2
Paranaíba		2	2
Naviraí		2	2
Total	30	54	58
Percentual sobre inicial		80%	93%

Melhorar a qualidade dos serviços prestados por empresas de serviços terceirizados

Iniciativas	Entregas	Prazo
Melhorar a qualidade dos serviços prestados por empresas de serviços terceirizados.	Aprimoramento dos fiscais de contrato de todas as unidades administrativas, através de reuniões/ treinamentos.	Maio/2023
	Serviços terceirizados prestados adequadamente em todas as unidades administrativas.	Julho/2023

Considerações:

Aprimoramento dos fiscais de contrato de todas as unidades administrativas através de reuniões/treinamentos.

Prazo: Maio / 2023

Situação: Completa 100%

As reuniões são periódicas, mantendo a programação estipulada pela Unidade Gestora, a partir da primeira reunião antes do início de cada contrato e realinhamento nas prorrogações contratuais, além de atendimentos específicos, motivados pela análise de relatórios, iniciativa da gestora, fiscais e empresas. À medida em que há alteração de fiscais, a Unidade Gestora imediatamente agenda nova capacitação.



Departamento de Suprimento e Logística

COLETA DE PROCESSOS

Retomada da coleta de processos nas comarcas do interior do Estado, mediante solicitação da Secretaria Judiciária, por meio do Departamento de Gestão Documental e Memória.

COLETA DE COMPUTADORES OBSOLETOS

Coleta de passivos de tecnologia nas comarcas do interior do Estado, desocupando a área do CPD dos Fóruns, otimizando a área de trânsito e arrefecimento dos equipamentos ali presentes.

LEILÃO DE MATERIAIS PERMANENTES

Gestão administrativa e logística de materiais permanentes obsoletos e inservíveis ao Poder Judiciário ao depósito da empresa responsável por seu desfazimento.

ESTRUTURAÇÃO DE UAJ

Estruturação completa com mobiliário corporativo das Unidades de Apoio à Justiça das cidades de Paraíso das Águas, Santa Rita do Pardo e Bodoquena, prestando auxílio logístico às secretarias de Tecnologia da Informação e de Obras.

SUPORTE AO CONGRESSO

Apoio logístico e operacional ao evento realizado na comarca de Bonito para a Ejud, Secretaria de Comunicação e Coordenadoria de Transportes.



SUPOORTE À COMISSÃO PERMANENTE DE INVENTÁRIO (CPI)

Cessão de servidores para auxílio dos membros da CPI em ação local às comarcas que não concluíram, dentro do cronograma, o inventário de materiais permanentes.

REESTRUTURAÇÃO DO ARQUIVO GERAL

Reestruturação parcial das estantes de aço existentes no Arquivo Judicial Centralizado, reposicionando-as de acordo com *layout* elaborado inicialmente pela Secretaria de Obras e não respeitado pela terceirizada de mudança contratada pelo locador do imóvel.

ESTRUTURAÇÃO DE RIBAS DO RIO PARDO

Restabelecimento do mobiliário corporativo danificado pela

construtora durante a reforma daquela unidade, provendo reparos àqueles que comportavam e substituição de unidades sem possibilidade de conserto.

SUBSTITUIÇÕES CADEIRAS TRIBUNAIS DO JÚRI

Ribas do Rio Pardo, Costa Rica, Bonito, Batayporã, Anastácio, Paranaíba e Rio Verde de MT.

RECONFIGURAÇÃO RACK/RAMAS (REFORMAS)

Ribas do Rio Pardo e Batayporã.

REFORMA MOBILIÁRIO TRIBUNAIS DO JÚRI/COPAS

Fátima do Sul, Itaporã, Iguatemi e Sete Quedas.

SECRETARIA DE OBRAS



SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL REALIZADOS

	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CAMPO GRANDE	INTERIOR
1	Chamados CONCLUÍDOS de manutenção predial corretiva, de 01/05 a 20/10	1.496	83
2	Chamados CRIADOS de manutenção predial corretiva, de 01/05 a 20/10	1.467	74
3	Serviços de manutenção predial preventiva, de periodicidade diária, semanal, mensal e trimestral, executados de 01/05 até 30/09 no Tribunal de Justiça, Anexo, Gabinetes dos Desembargadores e Secretaria de Bens, Serviços e Patrimônio.	580	-
Quantidade total de serviços de manutenção predial realizados no período			3.700

OBRAS E SERVIÇOS ENTREGUES NO PERÍODO

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	
1	Reforma e Ampliação do prédio do Fórum da comarca de Ribas do Rio Pardo
2	Reforma geral com ampliação do Fórum da comarca de Itaporã
3	Reforma do prédio do Fórum da comarca de Fátima do Sul
4	Reforma do prédio do Fórum da comarca de Iguatemi

SERVIÇOS E OBRAS EM ANDAMENTO				
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	INÍCIO DA OBRA/ SERVIÇO	PRAZO DE EXECUÇÃO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	
1	Implantação do sistema de energia fotovoltaica no estacionamento do Tribunal de Justiça (sistema tipo carport)	14/7/2023	5 meses	13/12/2023
2	Implantação do sistema de energia fotovoltaica no telhado do Tribunal de Justiça	14/7/2023	5 meses	13/12/2023



VICE-PRESIDÊNCIA

Entre as inovações realizadas e propostas por essa gestão da Vice-Presidência, destacam-se:

- Em abril de 2023, em parceria com a Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, foi lançado, em reiteração, novo edital de acordo para pagamento de precatórios;
- Estabelecimento de cooperação com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), para realização de audiências em precatórios objetivando possibilitar a renúncia do excedente ao valor excedente ao teto das requisições de pequeno valor, obtendo-se alto percentual de êxito na primeira etapa, que envolveu os Municípios de Campo Grande (93,75%) e Dourados (70,84%);
- Edição da Portaria 003/2023, que regulamenta a tramitação dos precatórios no âmbito do TJMS, com destaque para as seguintes inovações: determinação de elaboração dos cálculos previdenciários no momento da expedição do requisitório pelo juízo de 1º grau; exigência de cadastramento de conta previamente à expedição

do requisitório pelo juízo de 1º grau; determinação para realização de audiências para esclarecimento dos credores acerca da possibilidade de renúncia ao valor excedente ao teto das Requisições de Obrigação de Pequeno Valor (ROPVs), com consequente abreviação do tempo para satisfação do crédito;

- Criação de uma Coordenadoria de Expedição de Precatórios e ROPVs, vinculada diretamente à Central de Processamento Eletrônico;
- Reestruturação do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP) com três servidores

exclusivos para análise dos precedentes, abastecimento da *home page* do NUGEP e aplicação de temas em processos suspensos;

- Mutirão de digitalização do remanescente do acervo físico em cooperação com a direção do foro de Campo Grande;
- No exercício do juízo de admissibilidade dos Recursos Extraordinário, Especial, Agravos Internos, Agravos aos Tribunais Superiores, a Vice-Presidência julgou 222.782 processos em contrapartida a 17.407 recursos, no período de 02/02/2023 a 07/11/2023.



CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Correições e inspeções presenciais

A partir da assunção ao cargo, o Corregedor-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, Desembargador Fernando Mauro Moreira Marinho, optou por realizar as correições e as inspeções de forma presencial e, desde então, tem se deslocado a todas as comarcas, inclusive distritos do Estado, com intuito de tomar conhecimento da realidade *in loco*, especialmente a respeito das condições das unidades judiciais e extrajudiciais e da prestação dos diferentes serviços.

Atualmente, cerca de 120 unidades judiciais foram correccionadas, o que corresponde a 49,6% do calendário de Correição concretizado pela Corregedoria. No tocante às serventias extrajudiciais, foram inspeccionadas 86, o que corresponde a 50% do total de 172. De forma inovadora, as correições são acompanhadas por servidores especializados, que orientam

120

(unidades)

49,6% do calendário de
Correições concretizado

86

(serventias extrajudiciais)

50% do total de 172

os integrantes das unidades judiciais a respeito de dúvidas sobre as mais diversas funcionalidades inerentes às atividades e tarefas que devem realizar, auxiliando assim para potencializar a produtividade dos servidores, procurando contribuir para aprimorar o desempenho das funções judiciais e extrajudiciais. É realizada ainda detida verificação a respeito das carências materiais existentes nos setores judiciais inspecionados, produzindo relatório, com encaminhamento à Presidência, visando concretizar esteio para adequadas condições a possibilitar a excelência no ambiente de trabalho.

A previsão é de que todas as serventias do Estado sejam correcionadas e inspecionadas ao longo do biênio 2023/2024, tornando efetivo o exercício das atividades fiscalizadora e orientadora.





Semana Nacional do Registre-se

Entre os dias 8 e 12 de maio, a Corregedoria-Geral de Justiça, com base no Provimento-CNJ nº 140/2023, promoveu a “1ª Semana Nacional do Registro Civil – Registre-se!”, que ocorreu na sede do 9º Serviço Notarial e de Registro Civil da 2ª Circunscrição de Campo Grande, com o objetivo de erradicar o sub-registro civil de nascimento e ampliar o acesso à documentação civil básica, especialmente para a população socialmente vulnerável. Na mobilização foram ofertados os serviços de emissão da 2ª via de registro civil de nascimento; emissão de RG;

realização do CadÚnico por meio do Poder Executivo Municipal; alteração dos nomes da população trans; e reconhecimento de paternidade.

Os resultados da ação foram a emissão de 223 certidões de nascimento; 141 solicitações de RGs; 27 retificações de registro civil de pessoas trans e emissão de 287 certidões de casamento. Ainda com o objetivo de ampliar o atendimento para a erradicação do sub-registro civil no âmbito do Estado, a Corregedoria-Geral de Justiça firmou parceria com o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais no Projeto “Juizado em Ação nas Comunidades Tradicionais”.

Webinário Canal Cor

A Corregedoria-Geral de Justiça instituiu, em 22 de maio de 2023, o webinário denominado “Canal Cor”, com objetivo de implantar um canal de comunicação efetivo com os magistrados, servidores, delegatários e demais interessados, voltados à discussão de temas relevantes que merecem uma atenção especial por parte do Poder Judiciário de MS.

No dia 30 de maio realizou-se o primeiro 1º Webinário da Corregedoria-Geral de Justiça pela plata-

forma *Teams*, cujo tema abordado pelos participantes, magistrados e servidores, foi o Banco Nacional de Mandado de Prisão (BNMP), com a finalidade de dirimir as constantes dúvidas concernentes ao tema e a necessidade urgente de regularizar as inconsistências detectadas no banco de dados. Durante o evento foram prestados esclarecimentos acerca dos ofícios e planilhas já remetidas sobre o tema e, ao final, apresentadas sugestões de como gerir os trabalhos para regularização perante o BNMP.



Núcleo de Monitoramento do Perfil de Demandas - Numopede

No início do ano de 2023, o Corregedor-Geral de Justiça designou membros para compor o Numopede, de modo a dar início à implementação de ações de enfrentamento a demandas predatórias e de diminuição de seus impactos, bem como para se otimizar o gerenciamento dos processos em trâmites e de novas demandas, e, ainda, de coibir e eliminar o uso fraudulento da jurisdição.

Os membros designados para o Numopede, com o apoio da equipe da Corregedoria, tem empreendido esforços para dar início às atribuições afetas ao órgão que até então não haviam sido desenvolvidas; realizou reuniões para traçar as formas de trabalho, de comunicação, recebeu vários pedidos (inclusive pretéritos) do Centro de Inteligência, criou e-mail para o Núcleo e uma área no SCDPA, protocolou documentos, registrou e autou processos, analisou vários pedidos, emitiu comunicado e está em fase de estudos para elaboração de painéis.



Comissão de Alienação de Bens Apreendidos em Ações Penais

No dia 23 de junho, a Comissão de Alienação de Bens Apreendidos em Ações Penais recebeu a visita técnica da juíza Rafaella Holanda Silveira, da Corregedoria do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR), e da servidora Gicelda Assunção Costa, subdiretora de Bens Apreendidos daquele tribunal, com o propósito de conhecer os trabalhos desenvolvidos pela equipe da Corregedoria-Geral de Justiça, para a implementação do modelo no Estado de origem.

A visita consistiu em verificar sobre a realização de Leilão Eletrônico pela Corregedoria-Geral de Justiça do TJMS, com lotes de veículos com pouco tempo de pátio na comarca de Campo Grande, passíveis de circulação e apenas sucatas.



CPTEC e a funcionalidade do Entrevistador Forense

No início deste ano, a Corregedoria-Geral de Justiça publicou o Edital de Credenciamento de peritos visando à formação do Cadastro Eletrônico de Auxiliares da Justiça, Peritos, Órgãos Técnicos ou Científicos, Tradutores e Intérpretes, no âmbito do Tribunal de Justiça de MS, destinado ao gerenciamento e à escolha de pessoas físicas ou jurídicas interessadas em prestar serviços, respeitadas as áreas de atuação e especialidade, de perícia, exame técnico, tradução e interpretação de línguas estrangeiras e de sinais (libras) em processos judiciais, que deverão apresentar requerimento para fins de cadastramento no Tribunal de Justiça do Estado. A partir deste edital, o prazo de habilitação dos peritos fica permanentemente em aberto, possibilitando o credenciamento dos profissionais a qualquer tempo.

Ainda, considerando a importância do Entrevistador Forense durante o Depoimento Especial, o qual desempenha função com características peculiares para realizar o acolhimento da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência, a Corregedoria incluiu no mês de junho esta especialidade no Sistema Auxiliares da Justiça, para a nomeação desses profissionais.

No entanto, com o objetivo de deixar mais visível as especialidades desses profissionais, solicitou à STI um menu próprio, que muito facilitou o trabalho dos magistrados de primeiro grau. Do mesmo modo, solicitou ao Conselho Superior da Magistratura a regulamentação sobre as exigências necessárias para o desempenho das atribuições, o que foi feito por meio do Provimento nº 622, de 2 de outubro de 2023.

Credenciamento de Leiloeiros e Corretores

Por meio de Portaria nº 126.661.082.0029, de 28 de julho de 2023, foram habilitados novos leiloeiros públicos oficiais para realização de alienação judicial no âmbito do Poder Judiciário do Estado



de Mato Grosso do Sul. Igualmente, a Portaria nº 126.661.082.0034, de 21 de agosto de 2023, estabeleceu o credenciamento dos corretores públicos para alienação de bens prevista no artigo 879 e seguintes do CPC.

Após o preenchimento dos requisitos legais, de *software* e infraestrutura, foram habilitados 21 leiloeiros. Ainda, há 25 corretores credenciados para realizar habilitação perante o Poder Judiciário Estadual. Tais profissionais não são cadastrados no CPTEC, em razão de o processo de credenciamento obedecer às exigências e especificidades próprias.

Força-tarefa do BNMP

Nos períodos de 1º a 31 de julho e 4 a 10 de outubro, a Corregedoria organizou e promoveu, juntamente com a participação de alguns servidores de outras áreas, a força-tarefa com objetivo de possibilitar o saneamento de inconsistências identificadas na base de dados do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0). Considerando a necessidade de cumprimento de meta estabelecida pelo CNJ, o Corregedor-Geral de Justiça, juntamente com o supervisor da Covep, Des. Luiz Gonzaga Mendes Marques, sugeriram à Presidência do TJMS prosseguimento da Força-tarefa.

De acordo com o painel BI criado e disponibilizado pelo DMF no BNMP 2.0, na data de início de execução da força-tarefa, dia 1º de julho, constava o total de 23.822 pessoas presas por mandados de prisão vinculados a unidades jurisdicionais do TJMS, ao passo que o quantitativo de pessoas sob custódia da Agência Penitenciária Estadual (Agepen) apontava o total de 17.873, indicando assim uma diferença de 5.949 pessoas que necessitavam de regularização no sistema do BNMP 2.0.

Após a conclusão dos trabalhos, a equipe da força-tarefa atingiu a meta estabelecida pela Corregedoria Nacional de Justiça, regularizando as pendências existentes e

possibilitando, deste modo, a iniciação dos trabalhos para a migração para o BNMP 3.0.

Finalização do V Concurso Extrajudicial

A Comissão do V Concurso Extrajudicial, com o apoio operacional do Instituto Consulplan e servidores da Corregedoria-Geral de Justiça e Presidência, concluiu o V Concurso Público para Outorga e Delegação de Serviços Notariais e Registrais do Estado de MS, cuja sessão pública de escolha das serventias ocorreu no dia 21 de setembro de 2023.



Apresentação do projeto para a reforma da Lei de Emolumentos

Considerando que os emolumentos aplicados em Mato Grosso do Sul nos últimos anos mostraram-se elevados em comparação com os custos de outras unidades da Federação, ocasionando a realização de escrituras públicas fora do Estado, bem como que os cartórios locais deixaram de arrecadar R\$ 26 milhões em um período de três anos, a Corregedoria elaborou e encaminhou, em 9 de outubro de 2023, o Projeto de Lei de Emolumentos à Presidência do TJ/MS, órgão responsável pelo direcionamento à Assembleia Legislativa.

Ações da CEJAI/MS

No mês de junho, o Corregedor-Geral de Justiça, Des. Fernando Mauro Moreira Marinho, e a juíza Katy Braun do Prado representaram o Poder Judiciário de MS na 24ª Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras para Adoção Internacional de Crianças e Adolescentes, promovida no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS).

A Comissão Estadual Judiciária

de Adoção Internacional de MS (CEJAI/MS) viabilizou, no mês de julho, a adoção internacional de três irmãos acolhidos por um casal francês representado pelo Organismo COFA - Comité de Cognac – Adoption et Parrainage de La Charente, cujo procedimento tramitou na Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da comarca de Campo Grande.



COORDENADORIA DAS VARAS DE EXECUÇÃO PENAL



Ações da COVEP:

- Participação no Grupo de Trabalho Reintegra, para o Acompanhamento e Monitoramento do cumprimento de medidas de segurança em Mato Grosso do Sul, coordenado pela 50ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, e integrado por representantes do Tribunal de Justiça - Coordenadoria das Varas de Execução Penal (COVEP/GMF), Defensoria Pública, Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Agência Estadual de Administração Penitenciária, Polícia Militar e outros atores da rede local.
- Elaboração, juntamente com a



Coordenação da EAP, do Plano Estadual de Implementação da Política Antimanicomial do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul - Resolução CNJ nº 487/2023.

- Viabilização da instalação de espaço destinado ao instituto de Medicina e Odontologia Legal (IMOL) nas dependências do Fórum de Campo Grande para a realização dos exames cautelares de corpo de delito que antecedem a realização das audiências de custódia.
- Viabilização de cessão de uso do espaço físico da carceragem do Fórum de Campo Grande para o desenvolvimento das ações de escolta e custódia de pessoas presas pela Agepen durante a realização das audiências de custódia.
- Recepção pelo Supervisor da COVEP/GMF da Comitiva de Política Antimanicomial do Estado do Paraná para apresentação do trabalho da Equipe de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a lei (EAP) do Município de Campo Grande ao Comitê de Política Antimanicomial do Paraná.
- Realização de Mutirão Processual Penal, no período de 24 de julho a 25 de agosto, conforme Portaria nº 2.745/2023.
- Participação da COVEP/GMF de Grupo de Trabalho juntamente com a Corregedoria-Geral de Justiça e o Conselho Nacional de Justiça visando a correção das inconformidades de alimentação do BNMP 2.0, cujas forças-tarefas foram realizadas nos períodos de 1º a 31 de julho e de 2 a 30 de outubro.

COORDENADORIA DAS VARAS DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS



Revitalização de Unei e encerramento de oficina de grafite

No dia 30 de maio foi entregue a revitalização física da Unidade Educacional de Internação (Unei) Dom Bosco, feita com mão de obra de reeducandos do Centro Penal Agroindustrial da Gameleira, regime semiaberto de Campo Grande. Esta foi a primeira reforma realizada por meio da parceria entre a

Coordenadoria das Varas de Execução de Medidas Socioeducativas (Covems), a 2ª Vara de Execução Penal (VEP) de Campo Grande e a Secretaria de Justiça e Segurança Pública (Sejusp). O ato solene também marcou o encerramento das oficinas de grafite ministradas aos internos da Unei, que colori-

ram os muros da unidade educacional com as técnicas aprendidas com dois artistas visuais.

A revitalização da Unei Dom Bosco foi executada nos mesmos moldes do “Revitalizando a Educação com Liberdade”, projeto da 2ª VEP que utiliza mão de obra de reeducandos do regime semiaberto na capital e recursos arrecadados com o desconto de 10% dos salários dos presos que trabalham, via convênio.

A reforma resultou em condições adequadas para o cumprimento das medidas socioeducativas por melhorar a estrutura precária, com pintura de todos os alojamentos, revitalização de toda parte elétrica, construção de coberturas metálicas, entre outras melhorias, tanto para os internos como para a equipe que trabalha no local.





Acompanhamento on-line de audiências concentradas

A Coordenadoria das Varas de Execução de Medidas Socioeducativas acompanhou de forma *on-line* as primeiras audiências concentradas realizadas na comarca de Ponta Porã, na Unei Mitaí, nos dias 1º, 2, 5 e 6 de junho. Nesse período, a juíza Thielly Dias de Alencar Pitthan ouviu 27 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, dos quais cinco puderam retornar a seus lares na companhia dos familiares, evidenciando os benefícios dessa medida de reavaliação da situa-

ção jurídica e psicossocial de cada adolescente em conflito com a lei.

A audiência concentrada é um ato solene presidido pelo magistrado, em que são reunidos promotores de justiça, defensores públicos, advogados, equipes técnicas forenses e das unidades educacionais de internação, bem como dos familiares dos adolescentes infratores, com o propósito central de reavaliar a situação das medidas socioeducativas impostas a eles.

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE



Incentivo

Com apoio da Presidência do TJMS e em parceria com a Defensoria Pública e do Ministério Público, a Coordenadoria da Infância e da Juventude realizou um evento no Bioparque Pantanal reunindo diversas autoridades da capital e integrantes da rede de proteção, onde discutiu-se sobre a necessidade da criação do Centro de Atendimento Integrado à Criança e ao Adolescente.





Lançamento

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, por meio da Coordenadoria da Infância e da Juventude, visando a facilitar a pesquisa pelas origens pelos interessados lançou, em maio de 2023, o programa “Minhas Raízes”, por meio do qual a pessoa que foi adotada, no Estado de Mato Grosso do Sul, preenche um requerimento de acesso às informações dos processos que lhe digam respeito, no próprio Portal do Tribunal de Justiça, recebendo posteriormente, caso exista processo legal em seu nome referente à adoção, o devido acesso aos feitos digitalizados. Foram atendidos, até o mês de outubro, 15 requerimentos em busca de suas origens.

Adoção

Em parceria com a Escola Judicial de MS, no primeiro semestre foram ofertadas seis turmas do Curso de Preparação à Adoção: Nasce uma família, de 40 alunos cada, realizados entre 8 de maio e 7 de julho. Seis novas turmas com 40 vagas cada tiveram início no mês de novembro.





Justiça Restaurativa

Foram atendidos os pedidos de implantação da Justiça Restaurativa nas comarcas do interior com a realização de capacitação para os servidores da Unei de Ponta Porã, em parceria com a SAS/SEJUSP, e capacitação para servidores das escolas municipais de Chapadão do Sul, Jardim e Guia Lopes da Laguna, em parceria com a SED, bem como formação em Justiça Restaurativa para os militares das escolas cívico-militares, também em parceria com a SED, realizados no período de fevereiro a setembro.



Prevenção

Ampliação do Projeto de Prevenção à Violência nas Escolas com apresentação do livro e filme infantil “Estrelas na cabana”, para os municípios de Sonora, Fátima do Sul, Jateí, Vicentina, Dourados, Bela Vista e Laguna Carapã, realizados entre os meses de abril e setembro.



COORDENADORIA DA MULHER

Ampliação da ferramenta “Protetivas on-line” para as Comarcas do interior

Iniciativa prevista no Contrato Interno de Gestão nº 16 / 2023 e termo aditivo nº 002 / 2023, da Coordenadoria da Mulher, validada pela Presidência, o qual trata da ampliação da ferramenta “Protetivas *on-line*” para todas as comarcas do Estado, iniciando pelas comarcas de Dourados, Corumbá e Três Lagoas.

É uma ferramenta digital para que mulheres em situação de violência doméstica possam solicitar medidas protetivas de urgência, pelo celular, tablet, notebook ou computador, e assim, de forma simples e sem burocracia, no prazo de até 48 horas, terão seus pedidos analisados pela Justiça.



Em Campo Grande a ferramenta está vigente desde de julho de 2020.

Desde 22 de setembro, a ferramenta passou a funcionar nas Comarcas de Corumbá, Dourados e Três Lagoas

PARCERIAS INTERINSTITUCIONAIS

TJMS firma parceria com o Governo do Estado para o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulher

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul celebrou acordo de cooperação técnica com o Poder Executivo Estadual, por intermédio da SETESCC - Secretaria de Estado Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania, e Subsecretaria de Estado de Políticas Públicas para Mulheres.

O objetivo é a construção de ações conjuntas de enfrentamento à violência contra as mulheres, com viés em segurança pública, saúde, educação, esporte, trabalho, cultura e cidadania, difundindo informações sobre os direitos e

serviços disponíveis à mulher em situação de violência, em seu aspecto interseccional, sobretudo, às mulheres indígenas, negras e com deficiência.





Termo de Cooperação Mútua entre o Poder Judiciário e a Fundação Instituto para o Desenvolvimento do Ensino e Ação Humanitária (IDEAH) da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP)

A parceria tem por finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas e coordenadas visando a realização de cirurgias plásticas reparadoras em mulheres, crianças e adolescentes, vítimas de violência doméstica e familiar, quando a seqüela resulta de crime ou ato infracional, conforme a Lei nº 11.340/06, a Lei nº 14.344/22 e a Lei nº 13.239/15.

As Coordenadorias da Mulher e da Infância e Juventude, empenhadas em cumprir o plano de trabalho previsto, realizou reuniões entre os partícipes e parceiros, bem como solicitou as indicações de mulheres, crianças e adolescentes junto aos juízes e instituições competentes para dar efetividade ao termo vigente.

PARCERIA TJMS E EMPRESA SUZANO

A iniciativa integra as ações sociais da empresa pelo fim da violência doméstica e familiar contra as mulheres e contra as crianças e adolescentes. Foram realizadas visitas técnicas, formações de equipe e diversas palestras para milhares de colaboradores da empresa Suzano.



REALIZAÇÃO DE CICLO DE PALESTRAS EM PARCERIA COM OS CORREIOS

Em alusão ao 17º aniversário da Lei Maria da Penha e colaborando com o Programa Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos dos Correios, a equipe da Coordenadoria da Mulher realizou ciclo de palestras, alcançando aproximadamente 200 profissionais de diversas unidades de Campo Grande.



PROGRAMAS DA COORDENADORIA

Capacitação Mãos EmpENHAdas contra a Violência Barbearias

- Data: 18 de setembro
- O programa capacitou 14 profissionais da Barber Cartel Club nos temas igualdade de gênero, masculinidade positiva e Lei Maria da Penha.



Programa Maria da Penha na Roda de Tereré

- Data: 19 de setembro
- A ação educativa, composta por cinco palestras sobre violência doméstica e familiar contra mulher, atendeu aproximadamente 3.000 colaboradores do canteiro de obras da Suzano, em Ribas do Rio Pardo.



Fortalecimento de rede de atendimento e enfrentamento à violência contra mulher.

- Data: 9 e 10 de outubro
- Destinada às cidades de Jardim e Guia Lopes da Laguna, a formação recebeu cerca de 40 profissionais de diferentes áreas.





NOVO PROJETO

ConectaJus Mulher

Conectando você à Rede de Proteção de sua cidade!

Trata-se de um portal do TJMS que concentra todas as informações da Rede e serviços de proteção e atendimento à mulher em situação de violência em um só lugar.

O objetivo é garantir o acesso à informação e aumentar a eficácia das políticas públicas de combate à violência doméstica contra a mulher.

Projeto de autoria da Juíza Adriana Lampert e da Desa. Jaciguara Dantas.



NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Ações do Nupemec:

- Reestruturação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), por meio da Portaria n. 2.687, de 5 de maio de 2023, que criou a Coordenação-Geral, a Coordenação-Adjunta e a Secretaria do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e da Justiça Restaurativa, com as respectivas composições.



- Instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) da comarca de Chapadão do Sul. A instalação ocorreu no dia 6 de junho, com a indicação do juiz Sílvio Cezar do Prado para atuar como Juiz Coordenador do referido Cejusc. Ao todo, o Nupemec conta com 10 Cejuscs instalados, sendo 4 na capital e 6 no interior do Estado.
- Ampliação do número de salas destinadas ao atendimento das conciliações/mediações realizadas pelo Cejusc instalado nas dependências da Defensoria Pública - Unidade Belmar Fidalgo. Após tratativas, a Defensoria disponibilizou duas novas salas mobiliadas, aumentando a capacidade de atendimento naquele Cejusc, que passou a contar com um total de quatro salas.
- Reforma das duas salas de conciliação/mediação instaladas no Cejusc da Associação Comercial. A reforma foi viabilizada junto ao Presidente da Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG).
- Reorganização do fluxo dos processos em trâmite nas Varas Bancárias e a concentração das audiências de conciliação desses processos nas salas reformadas do Cejusc da Associação Comercial.
- Organização e execução dos atos preparatórios para: a realização de Pautas Concentradas (Mutirão) de perícias e audiências de conciliação nos processos de cobrança relativos ao seguro obrigatório DPVAT (processos remanescentes); de audiências de conciliação nos processos movidos contra o Banco Itaú Unibanco S/A; e para a realização da 18ª edição da Semana Nacional da Conciliação.

- Execução dos ajustes necessários à adequação dos procedimentos relacionados aos lançamentos/alimentação dos dados da audiência no sistema SAJ para fins de emissão de relatórios gerenciais e estatísticos de produtividade do Nupemec.
- Realização de força-tarefa conjunta com os Cejuscs para regularização dos processos alocados indevidamente e que impactavam negativamente nos relatórios de produtividade do Nupemec.
- Aprimoramento das funcionalidades disponibilizadas pelo Painel BI do Nupemec por meio da identificação e correção de inconsistências decorrentes de lançamentos/alimentação no SAJ. Esta ferramenta de gestão possibilita um diagnóstico real da produtividade referente às atividades dos Cejuscs e dos Auxiliares da Justiça.
- Ações formativas: Realização de três cursos de formação de conciliadores, cinco de formação de mediadores e conciliadores, quatro de aperfeiçoamento de técnicas autocompositivas, três cursos de SAJ direcionados aos Conciliadores e Mediadores Judiciais e nove oficinas de divórcio e parentalidade. O Nupemec também realizou o módulo teórico (40h) do Curso de Formação de Instrutores em Mediação e Conciliação Judiciais, no período de 8 a 12 de maio, nas salas de curso do Nupemec, para a formação de 14 mediadores que atuarão, após a conclusão da etapa prática do curso, como formadores nos cursos de formação de mediadores do Nupemec.



- Implantação no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do Nupemec de sistema de agendamento a ser utilizado pelos alunos estagiários dos cursos de formação, para que o próprio aluno possa agendar as sessões de conciliação e de mediação que participará durante o período de estágio supervisionado.
- Implementação de reuniões periódicas com os mediadores e conciliadores de todo o Estado, para alinhamento de procedimentos relacionados à atuação dos auxiliares da justiça nos Cejuscs e nos Juízos, bem como o estabelecimento de um canal de comunicação destes com o Nupemec para orientação e/ou atendimento das demandas de trabalho.
- Implementação de reuniões periódicas entre o Coordenador-Geral do Nupemec e os Juízes Coordenadores de todos os Cejuscs, para alinhamento de procedimentos relacionados à gestão dos Cejuscs, bem como o estabelecimento de um canal de comunicação entre os Juízes Coordenadores e o Nupemec para orientação e/ou atendimento das demandas de trabalho.
- Inovações da Justiça Restaurativa: Levantamento do cenário de atuação da Justiça Restaurativa junto à comunidade do bairro Jardim Noroeste. Foram realizadas visitas técnicas aos locais no bairro que poderiam abrigar a equipe da Justiça Restaurativa na realização de seu trabalho. De junho até o mês de agosto foram atendidos 1.011 cidadãos que frequentam a Rede Solidária, CRAS e os locais próximos



à população com palestras de Sensibilização para as metodologias de JR, entre elas Círculos de Construção de Paz e Comunicação Não Violenta (CNV).

Em maio foram realizados Workshops de CNV e Círculos de construção de Paz para a Coordenadoria Geral de Perícia, atendendo cerca de 70 policiais da polícia científica, entre peritos e papiloscopistas. Em julho foi ministrado um curso de capacitação de novos facilitadores da JR para membros da Coordenadoria Geral de Perícia, Agepen, Ministério Público e OAB/MS. A partir de setembro, foi aprimorada a forma de recebimento e de execução das etapas das metodologias da Justiça

Restaurativa, devido ao aumento considerável de processos vindos das Varas dos Juizados Especiais Criminais. Passou-se a atender em pautas concentradas de pré-círculos com ofensores e vítimas, otimizando tempo e espaço da Secretaria do Nupemec. Atendendo até 10 pessoas/partes no mesmo momento e espaço com uma sensibilização sobre conceituação, histórico e atuação da Justiça da Restaurativa. Esta nova abordagem concentrada é inédita nos TJs nacionais e foi muito bem recebida pela comunidade, partes, advogados e facilitadores.



CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS



Juizados em Ação nas Comunidades Tradicionais

O projeto implementado em agosto de 2023 é uma ação para levar o Judiciário às comunidades em que há mais distanciamento físico do Poder Judiciário, de forma a oportunizar atendimento, soluções conciliatórias, bem como o ajuizamento de demandas de competência dos Juizados Especiais, oportunizando o acesso à justiça e promovendo, assim, a ampliação e efetivação de direitos e cidadania, em especial às comunidades tradicionais do Estado de Mato Grosso do Sul.

A ação tem o objetivo de levar a estrutura dos Juizados, em parceria com a 8ª Vara do Juizado Especial de Campo Grande, para atendimentos, a fim de solucionar demandas em fase administrativa e judicial, oportunizando a homologação dos acordos pelo Judiciário, e/ou realizando a imediata atenuação de demandas de competência dos Juizados Especiais. Com estrutura de uma van equipada e o ônibus da Justiça Itinerante, o atendimento inicial está voltado às comunidades quilombolas e indígenas.

O lançamento das ações ocorreu em Amambai, em conjunto com a atividade “MS em Ação: Seguran-

ça e Integração”, coordenada pelo Governo Estadual e realizou 1.532 atendimentos às etnias Guarani, Guarani Kaiowá e Guarani Nandeva, disponibilizando os serviços da justiça para aproximadamente dez mil indígenas na região. Ao longo do ano ainda foram realizados atendimentos nas Aldeias Limão Verde e Bananal, em Aquidauana, no mês de setembro, na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, em outubro, e em Corumbá, no mês de novembro.





Conselho em Movimento

O Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais (CSJE) implantou o programa “Conselho em Movimento”, que consiste em aprimorar o entendimento das realidades manifestadas por parte dos Juizados Especiais distribuídos na malha territorial sul-mato-grossense. As ferramentas propostas neste programa visam identificar necessidades e ofertar soluções que beneficiem jurisdição e jurisdicionado, trazendo mais qualidade ao serviço prestado e consequentemente acesso à justiça mais célere, eficaz, com a prestação de um ser-

viço público cada vez mais inclusivo, qualificado e democrático por parte dos Juizados Especiais.

Para isso, o presidente do CSJE, Desembargador Alexandre Bastos, e a equipe do Departamento dos Juizados Especiais iniciou em 2023 uma série de visitas às unidades jurisdicionais do Estado, em observância à metodologia utilizada pelo Conselho Nacional de Justiça na elaboração do Índice de Acesso à Justiça. Até o mês de outubro foram realizados três relatórios referentes às visitas de Miranda, Aquidauana e Ponta Porã.

Atermação Modelo - Atendimento de Excelência

O projeto Atendimento com Excelência no Setor de Atermações e Atendimento Judicial foi idealizado com a finalidade de levar modernização, padronização, celeridade e economia ao setor de Atermação e Atendimento Judicial a todas as Comarcas do Estado, no âmbito do Juizado Especial, oportunizando ao cidadão sul-mato-grossense o atendimento no acesso à justiça com excelência, eficiência e eficácia, aplicando os princípios constitucionais da informalidade, simplicidade, economia processual, celeridade, oralidade e flexibilidade processual, que norteiam o Juizado Especial no Brasil, promovendo, assim, a ampliação e efetivação de direitos à cidadania em todo o Estado de Mato Grosso do Sul.

Na capital, o setor de atermações está localizado no Cijus – Centro Integrado de Justiça, no qual estão instaladas todas as varas dos juizados especiais, constituindo-se em um local de fácil acesso, que concentra as atividades da justiça especial, e abriga outros serviços correlatos, tais como os expressivos de grandes demandas para

soluções pré-processuais (Ener-gisa, Águas Guarairoba) e Procon, além da justiça eleitoral, cartório extrajudicial, Cejusc, entre outros, facilitando o acesso ao cidadão.

Ao longo do ano de 2023 foram implementadas, paulatinamente, várias ações, em etapas, para a consolidação do modelo e posterior extensão às comarcas do interior do Estado.

Atividades internas

Visando otimizar e dar efetividade à atividade inerente ao CSJE/ Departamento dos Juizados, foi estabelecido como objetivo a criação de protocolos para orientar as rotinas administrativas, aliando tecnologia à prestação de serviços do Departamento dos Juizados, além do estabelecimento de parcerias que permitam a entrega efetiva dos serviços prestados, em âmbito interno e externo.

Dentre as parcerias, o CSJE firmou parceria com a Corregedoria-Geral de Justiça para a promoção de ações voltadas à erradicação do sub-registro civil no Estado de Mato Grosso do Sul. A parceria permitiu delegar ao presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais a atribuição para solicitar aos juízes corregedores das

comarcas onde o Juizado Especial for prestar serviço a colaboração para atuar junto aos oficiais de registro civil de pessoas naturais, possibilitando a prestação dos serviços necessários ao atendimento dos usuários para a emissão de documentação civil.

Para captar pedidos, dúvidas e reclamações que envolvem o andamento processual, melhorando e reduzindo o tempo médio dos processos, o CSJE idealizou e efetivou a ferramenta que hoje está disponível no portal - o “Fale com os Juizados”. Com o sucesso da ferramenta e diante do volume

de atendimento, foi possível gerar diversos índices úteis para aprimorar o acesso à justiça. No período de janeiro a setembro foram atendidas mais de mil solicitações, sendo que 94,79% delas foram resolvidas.



OUVIDORIA JUDICIÁRIA



Os registros com a Ouvidoria Judiciária foram, em sua maioria, realizados por meio eletrônico. Além desses atendimentos, efetivamente registrados como reclamações, sugestões, elogios e pedidos de informações, diariamente a Ouvidoria recebe muitos telefonemas que são voltados a orientações aos usuários da justiça sobre a estrutura e funcionamento do Poder Judiciário Estadual, tramitação de processos pelo sistema SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificada) e qualidade no atendimento dos servidores.

Dos pedidos realizados junto à Ouvidoria Judiciária, a reclamação por excesso de prazo no andamento dos processos foi a mais recorrente. Mas por consequência do aprimoramento do atendimento ao público, 91% foram solucionados até o encerramento deste período.

Por meio de contato da Ouvidoria junto aos Cartórios e a CPE (Central de Processamento Eletrônico) de 1º de maio a 25 de outubro, foram regularizadas 1.306 movimentações processuais que estavam aguardando providên-

cias, sendo que uma parte deste quantitativo é referente ao atendimento de reeducandos, familiares e representantes de jurisdicionados com processos SEEU. Mais de 90 solicitações da CPE ainda aguardam movimentação (a grande maioria referente a expedição de precatório/ROPV).

Foram respondidos milhares de e-mails neste período acerca de todo e qualquer serviço prestado pelo Poder Judiciário. Também foram encaminhados ofícios do Ouvidor Judiciário à Corregedoria-Geral de Justiça e Magistrados solicitando informações ou dando ciência de fatos relatados pelos usuários.

Durante o período analisado, foram processadas 940 reclamações, destas, 193 são pedidos oriundos da Ouvidoria do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), com um percentual de 97% de resolução.

Destaca-se a participação ativa do Ouvidor em reuniões da Rede Nacional de Ouvidorias: VIII Encontro do COJUD (Colégio de Ouvidores Judiciais) promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Maranhão, em São Luiz, de 3 a 5 de maio; na reunião ordinária da Rede Nacional de Ouvidorias, realizada pelo Conselho Nacional de Justiça, no Tribunal Superior do

Trabalho (TST), no dia 29 de agosto, e no IX Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais, nos dias 4 e 5 de outubro, realizado no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Para facilitar mais o acesso do usuário à Ouvidoria, na entrada de cada fórum do Estado de Mato Grosso do Sul foi afixado um cartaz com informações e com um QR Code que permite ao usuário ir direto para a página da Ouvidoria no portal do TJMS, onde estão disponíveis outros esclarecimentos, legislação referente ao setor e os canais de contato.



1.306

Movimentações processuais Regularizadas



97%

É o percentual de resolução de reclamações e pedidos

ESCOLA JUDICIAL DE MS



Desenvolvimento ao Ensino

Depoimento Especial de Crianças e Adolescente no Sistema de Justiça e o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense

- De 5.06 a 10.09, destinado a servidores e policiais civis
- A ação obteve 824 inscritos, distribuídos em 37 turmas em diferentes datas. O uso da técnica de depoimento especial, tornou-se obrigatório, por isso a importância desta ação formativa, focada na necessidade de se evitar a revitimização da

criança e do adolescente quando de sua escuta e depoimentos, identificado em antigos modelos ainda usados no Brasil, de forma a garantir o apoio e resguardar os direitos desses pequenos (as) brasileiros (as) vítimas de agressão ou abuso ou, ainda, que tenham presenciado atos de violência.

Encontro Interinstitucional - Criação do Centro de Atendimento Integrado da Criança e Adolescente

- Data: 17.04
- O encontro contou com 140 participantes e teve como objetivo transmitir as experiências na implantação do Centro de Atendimento Integrado da Criança e do Adolescente, padronizar o procedimento do protocolo e do fluxo do atendimento integrado da criança e do adolescente vítimas ou testemunhas de violência, além de debater a metodologia da Escuta e do Depoimento Especial de crianças e adolescentes.

Programa Dialogando Igualdades - Formação de facilitadores para execução de grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres.

- De 25 a 26.09.2023, destinado a servidores e equipes técnicas indicadas por instituições parceiras
- O Conselho Nacional de Justiça, por meio da Recomendação nº 124 de 2022, propôs aos tribunais que “instituem e mantenham programas voltados à reflexão e responsabilização de agressores de violência doméstica e familiar”. Em especial,



destaca-se o Art 2º, VII, que prevê: “capacitação prévia e atualização periódica da equipe de facilitadores que atuam nos programas, optando, sempre que possível, por composição de caráter multidisciplinar”.

Preparação à Adoção

- De 08.05 a 11.07, destinado aos candidatos/as à adoção domiciliados/as no Estado de Mato Grosso do Sul
- A ação contou com 480 inscritos, distribuídos em 12 turmas em diferentes datas, uma relevante formação em prol da luta contra o abandono e a colocação de crianças e adolescentes em família substituta. Tem como objetivo habilitar candidatos(as) à adoção nos temas referentes, obrigatórios para um processo judicial de candidatura à modalidade adoção no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

Programa Piloto de Aperfeiçoamento de Gestão

- Início em 21.09, destinado aos Gestores(as)
- Programa Piloto de Aperfeiçoamento de Gestão que envolvem nove cursos e dois workshops: Gestão e Liderança Lean, Relações Interpessoais, Solução de Problemas, Gestão de Rotina, Estratégia, Gerenciamento de Processos, Gerenciamento de Projetos, Estatística, Workshop Lean Office - Administrativo e Workshop Lean Jurídico.

O papel dos Sistemas de Justiça Sul-mato-grossenses no Contexto da Acessibilidade e Inclusão

- Data: 22.09, destinado a magistrados e servidores de todos os integrantes do sistema de Justiça.
- O seminário contou com 84 inscritos e foi realizado no Centro de Convenções do Bioparque Pantanal, com o objetivo de promover a capacitação e sensibilização de magistrados e servidores do Poder Judiciário nos temas relativos a acolhimento, direitos, atendimento e cotidiano de pessoas com deficiência.

SNA: Procedimentos cartorários

- De 27.06 a 20.07, destinado a servidores(as).
- A ação contou com 77 inscritos, distribuídos em 4 turmas em diferentes datas e teve como objetivo operar com zelo o novo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento idealizado com base na doutrina da proteção integral da criança e do adolescente.

Segurança e Proteção de Dignitários

- De 11.09 a 26.09.2023, destinada a integrantes da Assessoria Militar do TJMS, bem como, de outras instituições da Segurança Pública em função de segurança e proteção a autoridades.
- Em parceria com a Polícia Militar, a ação contou com 84 inscritos. Com duração de 15 dias, o curso abordou diversos temas para uma efetiva atuação nas atividades de segurança e proteção de autoridades civis e militares, bem como suprir necessidades específicas do TJMS e demais instituições de Segurança Pública.

Seminário para prevenção à Violência com Ênfase à Prevenção contra Explosivos

- De 01.08 a 04.08, destinado a integrantes da Assessoria Militar do TJMS e Policiais Militares
- O seminário contou com 116 inscritos e foi distribuído em 4 turmas em diferentes datas e justificou-se pela grande demanda de acompanhamentos e escoltas visando a segurança dos magistrados e magistradas do PJMS e, ainda, a necessidade de acompanhamento e segurança de autoridades, por meio de ações preventivas, evasivas e ofensivas, de forma cautelosa e preventiva, de varredura de ambientes e em veículos, quando há suspeita de algum tipo de violência com explosivos.

A Bioética e o Biodireito na Contemporaneidade

- 11.04, destinado a servidores(as), magistrados(as) e acadêmicos da UFMS e UCDB.
- A palestra contou com 100 participantes e justificou-se pela necessidade de discutir a importância da ciência do conhecimento frente a pandemia.

I Encontro Literário e Artístico do PJMS

- De 27.10 a 10.11, destinado a servidores(as), magistrados(as), estagiários(as), menores aprendizes e terceirizados(as).
- O encontro contou com 100 participantes e teve como objetivo abrir um espaço para o servidor escritor, artista, amantes das artes como um todo expor seu trabalho.

Escola de Dados -Manipulação de painéis e relatórios de *Business Intelligence (BI)*

- De 10.04 a 29.08, destinado a gestores lotados na Secretaria Judiciária de Primeiro Grau e da Secretaria de Tecnologia da Informação
- A ação educacional obteve 35 inscritos distribuídos em 3 turmas. Teve como objetivo habilitar os servidores a utilizar de maneira eficiente um painel/ relatório de BI extraindo totalmente as informações necessárias para análise e tomada de decisão dentro da organização.



Treinamento do BNMP 2.0 com BNMP Versão Web

- De 20.07 a 10.11, destinado a servidores lotados na CPE, nas Varas Cíveis e de Família, nas Varas Únicas e nas Varas Criminais.
- A ação educacional obteve 344 inscritos distribuídos em 7 turmas. Teve como objetivo preparar os servidores a acessar e operar, corretamente, a plataforma do BNMP 2.0, na rotina de trabalho.

Precatório Eletrônico e Requisição de Pequeno Valor

- De 14.08 a 19.09, destinado a analistas judiciários – área-fim – com lotação e atuação na área cível.
- A ação educacional obteve 135 inscritos distribuídos em 4 turmas. Teve como objetivo prepa-

rar os servidores a aplicar, correta e eficientemente, conhecimentos teóricos específicos acerca do regime de precatórios e requisições orçamentárias de pequeno valor (ROPVs) e as ferramentas técnicas do Sistema de Administração de Precatórios (SAPRE), na prestação jurisdicional respectiva.

Sistema Eletrônico de Execução Penal Unificado SEEU

- De 12.04 a 30.06, destinado a analistas judiciários – área-fim - que atuam no cartório criminal, assistentes de gabinete que atuam na assessoria criminal e analistas judiciários que atuam com distribuição.
- A ação educacional obteve 291 inscritos distribuídos em 10 turmas. Teve como objetivo utilizar corretamente, as Tabelas Processuais Unificadas do

CNJ, e principalmente o campo “competência”, no SEEU, de acordo com a legislação pertinente à distribuição, buscando o aprimoramento técnico dos servidores sobre a utilização do sistema SEEU.

Formação de servidores do Departamento Judiciário Cível de Primeiro Grau – Conteúdo Geral

- De 02.10 a 01.12, destinado a servidores da Secretaria Judiciária de Primeiro Grau, Departamento Judiciário Cível de Primeiro Grau.
- Para atuação eficiente na CPE, os analistas judiciários precisam de formação que envolva a rotina de trabalho, os padrões estabelecidos pela Corregedoria-Geral de Justiça de MS, por meio do Código de Normas, pelo Comitê Gestor da CPE e o Guia Procedimental do Servidor.

Formação para operação do sistema Cijus Atendimento Atermação - CIJA

- 19.10, destinado a servidores atuantes no atendimento ao público nos Juizados Especiais.
- A elaboração do curso é motivada pela necessidade de aprimorar a qualidade e eficiência do atendimento judicial, por meio

de procedimentos padronizados e modernizados para uma gama diversificada de atividades.

Coleta Biométrica na Audiência de Custódia

- De 26.04 a 14.06, destinado a servidores do Poder Judiciário de MS.
- A ação educacional obteve 282 inscritos distribuídos em 2 turmas. Teve como objetivo proporcionar aos servidores conhecimentos relativos à Coleta Biométrica na Audiência de Custódia, por meio de eventos essenciais e acessórios, que influenciam na instalação do Kit Biométrico, bem como na correta alimentação do Sistema.



O Sistema dos Juizados Especiais para Juízes Leigos

- De 01.08 a 01.09, destinado aos juízes leigos.
- Ação educacional voltada para a formação dos novos juízes leigos, na qual se justifica a necessidade de orientar o desempenho destes auxiliares da justiça.

Consultoria educativa

Sistema Eletrônico de Execução Penal Unificado - SEEU

- 89º Curso - De 03 a 05/05
- Curso credenciado pela Enfam para fins de promoção e vitaliciamento de magistrados. Ação educacional voltada à difusão de conhecimentos e aprimoramentos acerca do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU.

Direito da Criança e do Adolescente – Práticas de Proteção e Socioeducação

- 90º Curso - De 31/05 a 02/06
- A ação educacional atendeu os juízes que atuam em unidades com competência das áreas protetivas e socioeducativas da infância e adolescência. O planejamento da ação formati-

va teve enfoque na Meta 11 do CNJ (Promover os Direitos da Criança e do Adolescente). O CNJ editou a Resolução nº 485, de 18 de janeiro de 2023, cujo artigo 15 prevê a necessidade de capacitação de magistrados e profissionais que atuem em Varas com competência em Infância e Juventude para desenvolvimento de competências na atuação intersetorial e procedimental na temática da entrega legal para adoção.

Fortalecimento da Relação Interinstitucional do Judiciário com a Sociedade

- 91º Curso - De 28 a 30/06
- A ação formativa proporcionou a visão integral do magistrado para que fosse considerado os aspectos humanos em sua atuação na comarca de forma criativa, crítica, cooperativa, solidária e socialmente responsável, mais integrado com as necessidades e os impactos dos fenômenos sociais, políticos e econômicos que perpassam o dia a dia da sociedade brasileira.

Direito Penal e Processo Penal: Atualidades

- 92º Curso - De 02 a 04/08
- Curso credenciado pela Enfam para fins de promoção e vitaliciamento de magistrados. Ação educacional para aperfeiçoar a atuação dos magistrados conforme regras legais e precedentes atualizados dos Tribunais Superiores.

Violência doméstica e familiar contra a mulher e a atuação interinstitucional

- 93º Curso - De 23 a 25/08
- Curso credenciado pela Enfam para fins de promoção e vitaliciamento de magistrados. Ação educacional voltada a capacitar magistrados a identificar em suas decisões a complexidade e dinâmica dos fundamentos da violência doméstica contra a mulher à luz da Resolução CNJ nº 254/2018.





O Controle de Convencionalidade na Garantia dos Direitos Humanos

- 95º Curso - De 20 a 22/09
- Curso credenciado pela Enfam para fins de promoção e vitaliciamento de magistrados. Ação educacional em atenção à Recomendação nº 123, para que os órgãos do Poder Judiciário observem tratados e convenções internacionais de direitos humanos em vigor no Brasil e utilizem a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), bem como o controle de convencionalidade das leis internas.

II Encontro Nacional dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário

- 96º Curso - De 04 a 06/10
- A ação educacional foi planejada para atender magistrados e servidores do Poder Judiciário; e integrantes dos Centros de Inteligência de todo o Poder Judiciário (Estadual, Federal, Trabalhista, Eleitoral), num total de 170 participantes. A pretensão foi fomentar a cooperação, a rede, estabelecer proposições e discussões relacionadas as atribuições dos Centros de Inteligências, com a integração das justiças estadual, federal,

do trabalho, eleitoral, em sintonia com as particularidades de cada Justiça e região do país. As atividades desenvolvidas tiveram como proposta trazer o tema da cooperação institucional para debate, promover trocas de experiências e propor a construção de soluções práticas para os problemas estruturais e sistêmicos do Poder Judiciário Brasileiro.

Judicialização da Saúde

- Data: 13/11
- A ação formativa foi ofertada para 100 magistrados do MS e os atores envolvidos. A proposta do seminário foi de apresentar e lançar o sistema inédito para solucionar demandas e evitar a judicialização da saúde, CEJUSC Saúde, que atenderá o cidadão como um “protocolo eletrônico de pedido de medicamento” na fase pré-processual, feito direto pela parte ou seu representante, sem necessidade de autenticação, por meio de convênios com as partes interessadas que pode envolver os Municípios e Estado.

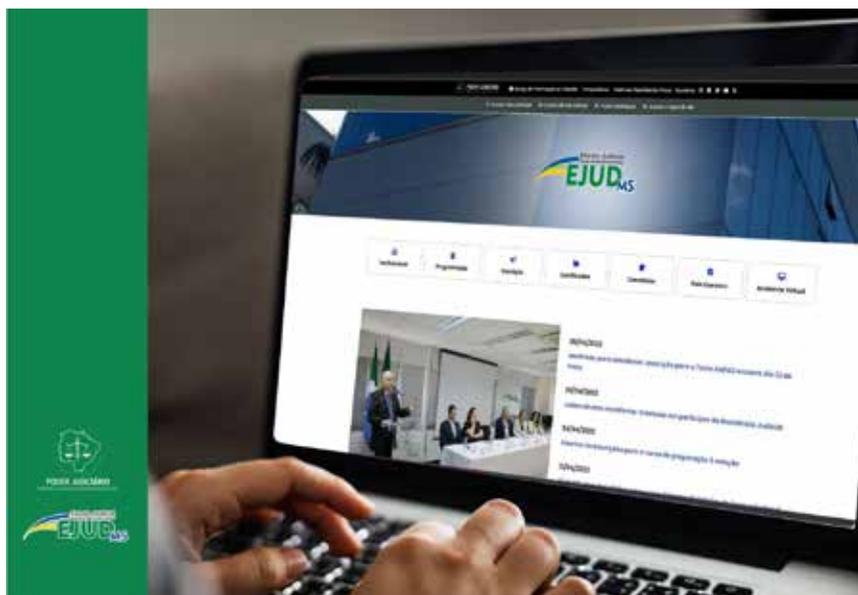
Direitos Humanos e Visão filosófica

- Data: 01/12
- A ação formativa foi ofertada em duas modalidades, presencial e aberto ao público pelo canal do Youtube da Ejud-MS. A complexidade das dinâmicas sociais impõe a necessidade contínua de aperfeiçoamento dos magistrados e servidores do Poder Judiciário. Nessa perspectiva a reflexão deve pautar-se nos clássicos em busca do conhecimento.

Apoio tecnológico

Cursos Autoinstrucionais (área fim e área meio)

Com a disponibilização de cursos na modalidade autoinstrucional para os servidores efetivos, comissionados e público externo, a Ejud-MS ampliou a oferta de vagas e com isso resultou na qualificação de 1.915 participantes. Os números ainda mostram que cada participante realizou uma média de seis cursos por essa modalidade. As ações da Escola contribuíram na formação e aperfeiçoamento de 51,56% no quadro geral de servidores do PJMS, considerando um total de 22 ações educacionais somente na modalidade EAD.



Credenciamento e Frequência Digital

Com a respectiva transformação digital nos serviços oferecidos pela Escola Judicial, os processos de credenciamento e registro de frequência das ações educacionais se tornaram mais ágeis e consequentemente resultou na diminuição no custo de impressões em folhas de papéis. A iniciativa, além de facilitar na checagem dos dados e integração com outros sistemas do Poder Judiciário, contribui para a mitigação de carbono emitido.

Avaliação de Impacto de Ação Educacional entre Servidores e Gestores

As avaliações institucionais da Escola Judicial ocorrem sempre ao término de uma ação educacional e permitem verificar se o planejamento de ensino alcançou o resultado esperado. Neste ano de 2023, as avaliações passaram a coletar informações de *feedback* 360 graus entre servidores e gestores. Deste modo, é possível mensurar se uma formação ou aperfeiçoamento atingiu efeito prático na atividade laboral do servidor ou magistrado.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL

